

**Roberto Miguel
Berenguer da Silva**

**Aplicabilidade de Unidades Locais de Proteção Civil
no Município do Funchal através do estudo de caso
do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos
Romeiros**

Propositadamente em branco

**Roberto Miguel
Berenguer da Silva**

**Aplicabilidade de Unidades Locais de Proteção Civil
no Município do Funchal através do estudo de caso
do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos
Romeiros**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Emergência e Socorro, realizada sob a orientação científica do Mestre Eutíquio José Gonçalves Costa, do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração e coorientação da Mestre Ana Isabel Pereira Peixoto, Chefe de divisão de Segurança e Proteção Civil no Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal do Funchal

Propositadamente em branco

O júri

Presidente: Professora Doutora Carla Andreia Pimentel Rodrigues

Orientador: Professor Mestre Eutíquio José Gonçalves Costa

Arguente: Professor Doutor Salvador de Pinho Ferreira de Almeida

Propositadamente em
branco

Agradecimentos

A conclusão desta dissertação representa o encerramento de uma etapa académica que se revelou profundamente enriquecedora para o desenvolvimento pessoal e profissional.

O meu mais profundo e sentido agradecimento é dirigido, em primeiro lugar, à minha esposa Yenny e à minha filha Leonor. Sem o apoio incondicional de ambas, esta jornada não teria sido possível. Expresso igualmente o meu sincero reconhecimento pelo incentivo constante dos meus pais e irmãos, cuja presença foi também fundamental ao longo deste percurso.

Ao orientador Mestre Eutíquio Costa, pela orientação sábia, pelos conselhos valiosos e pelo apoio, que foram fundamentais para a realização deste trabalho com clareza e consistência.

À coorientadora Mestre Ana Peixoto, pelo apoio prestado ao longo desta etapa, com especial destaque para o valioso contributo na recolha da informação interna da Câmara Municipal do Funchal.

Ao Paulo de Nóbrega e ao Simão Santos, pela parceria incansável ao longo deste desafio, que tornou a jornada mais leve e enriquecedora, marcada por momentos memoráveis que permanecerão para sempre.

Por fim, expresso agradecimento por todo o tempo despendido à minha colega Eng.^a Sabina Rocha pela crítica construtiva nas diferentes fases da elaboração da dissertação.

resumo

A implementação de Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC) constitui uma oportunidade para reforçar a capacidade de prevenção, preparação e resposta a emergências, aproximando a proteção civil das comunidades e valorizando o conhecimento local. Partindo do princípio de que os cidadãos constituem o primeiro pilar da Proteção Civil, esta dissertação analisa o projeto “Núcleos de Proteção Civil Residente”, desenvolvido no Município do Funchal, com foco no Núcleo do Curral dos Romeiros. Analisa-se a metodologia adotada, a estrutura organizacional e a dinâmica operacional, incluindo a aplicação de um inquérito aos elementos do Núcleo, com vista a aferir o sentimento de pertença e identificar aspetos suscetíveis de melhoria segundo a perceção dos participantes. A partir dessa análise, foi realizada uma comparação entre o modelo dos Núcleos de Proteção Civil e o das ULPC, identificando convergências ao nível da participação comunitária e diferenças no enquadramento legal, estrutura e âmbito de atuação. Por fim, foram definidos critérios orientadores para a eventual implementação de futuras ULPC no Município do Funchal.

palavras-chave

Núcleo de Proteção Civil; Unidades Locais de Proteção Civil; Funchal; Resiliente; Segurança; Riscos; Freguesia; Voluntários.

abstract

The implementation of Local Civil Protection Units (ULPC) represents an opportunity to strengthen prevention, preparedness, and emergency response capabilities, bringing civil protection closer to communities and valuing local knowledge. Based on the principle that citizens are the first pillar of Civil Protection, this dissertation examines the “Resident Civil Protection Centers” project, developed in the Municipality of Funchal, focusing on the Curral dos Romeiros Center. The analysis covers the methodology adopted, the organizational structure and the operational dynamics, including the application of a survey to the members of the Center, aimed at assessing their sense of belonging and identifying aspects for improvement according to participants’ perceptions. From this analysis, a comparison was made between the Resident Civil Protection Centers model and the ULPC model, identifying convergences in terms of community participation and differences regarding legal framework, structure and scope of action. Finally, guiding criteria were defined for the potential future implementation of ULPC in the Municipality of Funchal.

keywords

Civil Protection Center; Local Civil Protection Unites; Funchal; Resilient; Safety; Risks; Parish; Volunteers

Índice

Índice de Figuras	xii
Índice de Tabelas	xiv
Índice de Anexos	xv
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xvi
Introdução	1
Planificação da dissertação	4
CAPÍTULO 1	5
Núcleos de Proteção Civil	5
Estudo de caso do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos Romeiros7	
Localização	7
Riscos	8
Vulnerabilidade	11
Recolha e análise dos dados	14
Implementação do projeto Núcleo de Proteção Civil Residente	17
Mobilização Social	17
Formação e Treinos	19
Acompanhamento e Monitorização	31
Instalações do Núcleo de Proteção Civil Residente	33
Distinções dos Núcleos de Proteção Civil	37
CAPÍTULO 2	39
Metodologia	39
Diagnóstico Participativo dos elementos do Núcleo de Proteção Civil do Curral dos Romeiros	42
CAPÍTULO 3	47
Núcleos de Proteção Civil Residente versus Unidades Locais de Proteção Civil	47
Elementos que constituem os Núcleos de Proteção Civil e as Unidades Locais de Proteção Civil	49
Missão, visão e objetivos	53
Formação	54
CAPÍTULO 4	56
Constituição de Unidades Locais de Proteção Civil no Funchal	56

Freguesia do Imaculado Coração de Maria.....	60
Riscos da Freguesia	61
Localização da Sede da Junta de Freguesia	63
Plano Formativo	64
Recursos Materiais.....	68
Planos e Protocolos de Atuação	69
Atuação da Unidade Local de Proteção Civil em Situação de Emergência ..	72
CAPÍTULO 5	74
Conclusões.....	74
Bibliografia.....	80
Anexos	85

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução da nomenclatura.....	6
Figura 2 - Localização NPC Residente Curral dos Romeiros.....	8
Figura 3 - Suscetibilidade a movimento de massa em vertente e a incêndios florestais.....	9
Figura 4 - Suscetibilidade a Nevoeiro e Cheia Rápida.....	9
Figura 5 - Área ardida no Funchal - Incêndios Agosto 2016, com a localização dos Núcleos de Proteção Civil residente à data.....	10
Figura 6 - Curral dos Romeiros, Década 20 do Seculo XX.....	11
Figura 7 - Trajeto efetuado pelos corpos de bombeiros até ao local.....	12
Figura 8 - Acessibilidades Curral dos Romeiros.....	13
Figura 9 - Subseções do Curral dos Romeiros.....	16
Figura 10 - Medição da tensão arterial.....	21
Figura 11 - Composição do Kit de emergência.....	22
Figura 12 - Práticas de utilização de extintores.....	24
Figura 13 - Entrega do “Kit de Proteção Civil”.....	26
Figura 14 - Desobstrução da via pelos elementos do NPC.....	27
Figura 15 - Formandos por sessão.....	28
Figura 16 - Sessão de 16 de agosto 2024.....	32
Figura 17 - Excerto da notícia do Jornal da Madeira.....	33
Figura 18 - Notícia da inauguração da sede.....	34
Figura 19 - DAE - Curral Dos Romeiros.....	35
Figura 20 - Armários NPC.....	35
Figura 21 - Sala NPC.....	36
Figura 22 - Nova acessibilidade ao NPC.....	36
Figura 23 - Distinções do projeto NPC.....	38
Figura 24 - Número de sessões frequentadas.....	44
Figura 25 - Identificação dos pontos fortes do projeto.....	45
Figura 26 - Aspetos que podem ser melhorados.....	46
Figura 27 - ULPC de Regadas.....	52
Figura 28 - ULPC de Moreira do Rei e Várzea Cova.....	52

Figura 29 - ULPC do Beato	53
Figura 30 - Cartografia de Risco do Funchal – PDM 2018	57
Figura 31 - Notícia sobre o Regulamento da ULPC	58
Figura 32 - Angariação de Voluntários	59
Figura 33 - Cartografia de Risco Imaculado Coração de Maria – PDM 2018.....	61
Figura 34 - Mapa Isócronas.....	62
Figura 35 - Ponto de Encontro JF ICM.....	63
Figura 36 - Exemplo de Merchandising.....	79

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação entre ULPC e NPC.....	48
Tabela 2 - Competências do Presidente de JF na ULPC	50
Tabela 3 - Competências do Delegado no NPC.....	51
Tabela 4 - Competências dos Voluntários na ULPC e no NPC.....	51
Tabela 5 - Missão, Visão e Objetivos	53
Tabela 6 - Formação de base – NPC.....	55
Tabela 7 - Planificação das Sessões	64
Tabela 8 - Exemplos de cenários de exercício a implementar no âmbito da ULPC	70

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 - Proposta Orçamento Participativo do Funchal.....	86
Anexo 2 - Plano de ação – NUPDEC	87
Anexo 3 - Folheto Informativo	88
Anexo 4 - 10 Passos para Defender a Sua Casa dos Incêndios Florestais	89
Anexo 5 - Boas Práticas Pós Incêndio Florestal.....	90
Anexo 6 - Folha de Medição da Tensão Arterial e Glicémia Capilar	91
Anexo 7 - Declaração de entrega do “Kit de Proteção Civil”	92
Anexo 8 - Checklist "Kit de Proteção Civil".....	93
Anexo 9 - Diploma ANEPC.....	94
Anexo 10 - Questionário.....	95
Anexo 11 - Tabela com os resultados do Questionário.....	101
Anexo 12 - Cartografia de Risco do Funchal – PDM 2018.....	103
Anexo 13 - Cartografia de Risco Imaculado Coração de Maria – PDM 2018.....	104
Anexo 14 - Kit de Emergência.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil
APC	Agentes de Proteção Civil
CMF	Câmara Municipal do Funchal
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
COS	Comandante de Operações de Socorro
CPS	Competências Pessoais e Sociais
DAE	Desfibrilhador Automático Externo
GAR	Global Assessment Report
ICM	Imaculado Coração de Maria
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IFCN, IP-RAM	Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
JF	Junta de Freguesia
NPC	Núcleo de Proteção Civil
NUDEC	Núcleos de Proteção e Defesa Civil
PCO	Posto de Comando Operacional
PDM	Plano Diretor Municipal
PLE	Plano Local de Emergência
PMEPCF	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Funchal
PSP	Polícia de Segurança Pública
RAM	Região Autónoma da Madeira
SBV-DAE	Suporte Básico de Vida e Desfibrilhador Automático Externo
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SMPCF	Serviço Municipal de Proteção Civil do Funchal
SNPC	Serviço Nacional de Proteção Civil
SRPC, IP-RAM	Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM
ULPC	Unidade Local de Proteção Civil
UNISDR	United Nations International Strategy for Disaster Reduction
ZCAP	Zonas de Concentração e Apoio à População

INTRODUÇÃO

O cidadão tem um papel preponderante nas ações de proteção civil, sendo um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais resiliente e segura. No entanto, se não estiver devidamente instruído e preparado para as ações que deve adotar poderá tornar-se vítima das circunstâncias.

A humanidade tem, historicamente, enfrentado fenómenos naturais com potencial destrutivo, exigindo adaptações contínuas. Por vezes, o ser humano estabelece comunidades em ambientes suscetíveis a riscos — naturais, tecnológicos ou híbridos (mistos) — e as ações humanas que alteram o equilíbrio ecológico, como práticas inadequadas de ordenamento do território, ausência de planeamento e falta de uma cultura de segurança, podem determinar a origem desses riscos ou aumentar a vulnerabilidade das populações. (Zêzere, Pereira, & Morgado, 2006).

A experiência acumulada ao longo do tempo tem permitido a obtenção de conhecimentos valiosos que contribuem para o progresso substancial da população em termos de preparação para futuras ocorrências. Assim, a procura pela participação ativa dos cidadãos relativamente à desconstrução de situações de risco, permitirá a materialização de um conhecimento mais amplo sobre a autoproteção, mitigação e redução do risco na comunidade. O acesso rápido a informação científica e tecnológica fidedigna permite tomadas de decisão mais ponderadas e direcionadas que desenvolvam uma interpretação real do risco, evitando a existência de um desfasamento perceptual que pode comprometer um alinhamento saudável entre a visão exagerada e a irresponsabilidade. Dentro deste paradigma, é possível alcançar uma cidadania ativa e participativa que contribua para a mitigação do risco, enquanto promove uma cultura de segurança transversal dentro da comunidade. O indivíduo afirma-se como sendo um elemento valioso que intervém e age de imediato, minimizando o problema, pois é detentor de conhecimento e procedimentos a adotar, promovendo a sustentabilidade e organização do sistema.

De acordo com a constituição portuguesa, as juntas de freguesia são os órgãos executivos das freguesias, possuindo responsabilidades nas mais diversas

áreas, incluindo a Proteção Civil, e têm autonomia para criar Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC) com o objetivo de sensibilizar e informar a população, bem como apoiar na gestão de ocorrências. Neste sentido, a criação destas unidades é determinante para conduzir grupos formais ou informais que manifestem interesse em atividades direcionadas à segurança coletiva dentro das dinâmicas da proteção civil. Dentro deste pressuposto, uma maior aposta na preparação, prevenção e mitigação, poderá aumentar a capacidade de uma comunidade em proteger vidas, infraestruturas, preservar o ambiente e construir uma resiliência mais duradoura, evitando o uso excessivo de meios.

A Região Autónoma da Madeira não tem nenhuma ULPC em funcionamento, contudo, existem intenções de criação por parte de algumas freguesias, nomeadamente no Município do Funchal, pelo que se torna necessário avaliar os projetos em funcionamento na região que possam servir como referência para a constituição das ULPC. Com esse propósito, foi selecionado o Núcleo de Proteção Civil (NPC) Residente do Curral dos Romeiros, tendo sido, posteriormente, analisadas de forma criteriosa as fases idealizadas para a sua operacionalização.

Para abordar esta temática, é essencial realizar uma retrospectiva histórica sobre a legislação que faz referência à Proteção Civil em Portugal, para aferir quando se deu a integração e responsabilização do patamar local de proteção civil, nomeadamente as juntas de freguesia.

Ao longo da nossa história existiram diversos momentos que contribuíram para moldar a nossa legislação atual.

- Decreto-Lei n.º 31:956 de 2 de abril de 1942, que deu origem à constituição da Defesa Civil do Território, com a missão de “assegurar o regular funcionamento, em tempo de guerra ou de grave emergência, das atividades nacionais”.
- Lei n.º 2093 de 20 de junho de 1958, que definiu, à data, os princípios e o modo de funcionamento da Organização Nacional de Defesa Civil do Território, estabelecendo a ligação entre o patamar nacional e o patamar municipal.

Após a Revolução de 25 de abril de 1974, foram revogados os dois diplomas mencionados anteriormente, sendo necessário elaborar legislação de acordo com a atual constituição portuguesa.

- Decreto-Lei n.º 78/75, de 22 de fevereiro, que criou o Serviço Nacional de Proteção Civil (SNPC). A sua Lei orgânica foi publicada através do Decreto-lei n.º 510/80, de 25 de outubro.
- Lei n.º 113/91, de 29 de agosto, cujo artigo 1.º define que “A proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural ou tecnológica, e de atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo, quando aquelas situações ocorram.”
- Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprovou a nova Lei de Bases de Proteção Civil e revogou o diploma anterior, fazendo pela primeira vez referência às ULPC.

A importância das Juntas de Freguesia em matéria de Proteção Civil foi consagrada pela Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro - Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal, abordando no artigo 7.º que “As juntas de freguesia têm o dever de colaborar com os serviços municipais de proteção civil, prestando toda a ajuda que lhes for solicitada, no âmbito das suas atribuições e competências, próprias ou delegadas.”

Paralelamente às alterações na legislação portuguesa para criar um sistema de proteção civil mais coeso e próximo do cidadão, também foram sendo adotadas diversas medidas estruturais e não estruturais pelos governantes nacionais e internacionais para proporcionar o aumento da resiliência das comunidades. A United Nations International Strategy for Disaster Reduction (UNISDR) foi fundada em dezembro de 1999, emanando diversas diretivas e recomendações para os estados-membros.

A Declaração de Hyogo e o Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015, foram um marco na implementação da Estratégia Internacional para a Redução de

Desastres, entretanto atualizado e substituído pelo Quadro de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015-2030. Um dos princípios orientadores deste quadro é o envolvimento de toda a sociedade na redução do risco, o que serviu de ponto de ancoragem para o desenvolvimento do projeto dos NPC por parte do Município do Funchal.

É importante também salientar que o projeto NPC está seccionado em duas vertentes, uma vocacionada para os jovens (NPC jovem), e que é aplicado nas escolas aderentes, mas que não será aprofundada ao longo deste documento, e a outra direcionada para os residentes do município que moram em sítios que reúnem determinadas características, que, entretanto, serão abordadas no estudo de caso.

PLANIFICAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A elaboração da dissertação foi dividida em três fases distintas. A primeira fase consistiu na análise do projeto dos Núcleos de Proteção Civil Residente, dando especial atenção a todo o processo que envolve o NPC Residente do Curral dos Romeiros, desde a sua origem até ao fim do ano de 2024. A segunda fase focou na comparação entre os NPC Residente e as Unidades Locais de Proteção Civil, abordando a sua constituição, organização, áreas de intervenção e plano formativo, foi também elaborado um questionário para avaliar o sentimento de pertença dos elementos do NPC. Por fim, a terceira fase, tratou da viabilidade, das vantagens e das necessidades para a implementação de ULPC no Município do Funchal.

CAPÍTULO 1

NÚCLEOS DE PROTEÇÃO CIVIL

A criação dos Núcleos de Proteção Civil no Município do Funchal teve início com a proposta de implementação dos NUPDEC - Núcleos de Proteção e Defesa Civil, apresentada na 2.^a edição do Orçamento Participativo do Funchal, em 2016 (Anexo 1). Apesar de não ter sido contemplada como proposta vencedora, a Autarquia decidiu implementar o projeto por reconhecer a sua utilidade para a estratégia de prevenção do município, encarando como uma nova forma de fortalecer a governança na gestão de risco, para promover a consciencialização, o envolvimento e a participação da comunidade local na construção de uma cultura de segurança e na adoção de atitudes e comportamentos responsáveis e adequados face a situações de emergência.

No seguimento da proposta, e no âmbito do projeto “Portugal Participa - Caminhos para a Inovação Societal”, surgiu uma medida não-estrutural de gestão do risco no município do Funchal. O objetivo consistiu em formar organizações comunitárias voluntárias, numa primeira fase utilizando uma abordagem mais participativa que visa implicar toda a sociedade na prevenção e mitigação do risco de catástrofes e na construção de uma cultura de segurança. Inicialmente foi utilizada a mesma nomenclatura “Núcleos de Proteção e Defesa Civil (Anexo 2), mas rapidamente foi alterada, por não existir enquadramento para utilizar a designação “Defesa Civil”. Após análise, a terminologia foi alterada para Unidades Locais de Proteção Civil, mas verificou-se que, face ao enquadramento legal — que coloca essas unidades sob a alçada do Presidente da Junta de Freguesia — o nome não correspondia ao objetivo pretendido. Assim, optou-se por adotar Núcleos de Proteção Civil (NPC), designação que valoriza e integra as duas vertentes do projeto: Residente (habitantes residentes em áreas com suscetibilidade elevada a moderada a riscos como os incêndios rurais) e Jovem (comunidade escolar com área de influência e suscetibilidade elevada a moderada a riscos como os incêndios rurais).

Assim, para contornar esta incongruência, os técnicos do SMPC sugeriram nova alteração para Núcleos de Proteção Civil, a qual, após validação pela

veração da CMF começou a ser aplicada no primeiro semestre de 2018, mantendo-se em vigor atualmente (Figura 1).



Figura 1 - Evolução da nomenclatura

Doravante, para não causar equívocos, será utilizado apenas o acrónimo NPC para fazer referência ao projeto, excetuando alguns mapas da fase inicial de implementação que foram elaborados antes da alteração.

Esta evolução terminológica evidencia que o projeto sempre assentou numa lógica de flexibilidade, adaptando-se às necessidades legais. A mudança de «Unidades Locais de Proteção Civil» para «Núcleos de Proteção Civil» demonstra não apenas o rigor na conformidade jurídica, mas também o carácter humano da iniciativa: concebida por pessoas e para pessoas, reflete a premissa de que a proteção civil se fortalece quando se molda aos seus intervenientes e à comunidade.

O objetivo geral do projeto é promover uma organização comunitária através da sensibilização e do planeamento participativo, de modo a obter uma resposta coletiva e voluntária na prevenção e minimização dos riscos e, consequentemente, aumentar a resiliência da população residente nas áreas mais vulneráveis aos riscos.

As áreas prioritárias foram determinadas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil do Funchal (SMPCF), através da análise da suscetibilidade de risco do território. O projeto iniciou-se nas zonas altas do município, com o objetivo de

otimizar a gestão de risco, não só na fase de prevenção, mas também na fase de resposta, com uma equipa capaz de ter uma ação defensiva.

Inicialmente, procurou-se envolver todas as Juntas de Freguesia do município, tendo sido realizada uma reunião com os seus presidentes a 8 de fevereiro de 2017, com o objetivo de apresentar o projeto e esclarecer os critérios que conduziram à seleção das áreas para a implementação dos primeiros NPC. Após esta reunião e considerando as observações dos presidentes de junta, a Vereação da Câmara Municipal do Funchal (CMF) decidiu avançar com a implementação em quatro locais distintos, nomeadamente, um na freguesia de São Roque, no sítio da Alegria, e três na freguesia do Monte, nos seguintes sítios: Babosas-Lajinhas; Corujeira e Curral dos Romeiros, sendo este o primeiro a ser efetivamente implementado.

ESTUDO DE CASO DO NÚCLEO DE PROTEÇÃO CIVIL RESIDENTE DO CURRAL DOS ROMEIROS

Na sequência da decisão da CMF de proceder com os trâmites necessários à constituição dos NPC, foi definido o Curral dos Romeiros como o primeiro local para a implementação do projeto. A escolha desta área teve por base o seu isolamento geográfico e o grau de suscetibilidade à ocorrência de fenómenos naturais e mistos.

LOCALIZAÇÃO

O sítio do Curral dos Romeiros situa-se na freguesia do Monte e está inserido numa área de mancha florestal, no topo do interflúvio da Ribeira de João Gomes (Figura 2).



Figura 2 - Localização NPC Residente Curral dos Romeiros
Fonte: SMPC Funchal

De referir que o aglomerado populacional do Curral dos Romeiros fica inserido numa área florestal, a uma altitude compreendida entre os 400 e os 800 m, com uma área territorial de 82026 m² e, segundo os dados utilizados à data, nomeadamente os Censos de Portugal do ano 2011, a população residente era de 180 habitantes.

RISCOS

A consulta da cartografia de risco por parte dos técnicos do SMPCF permitiu concluir que a localização apresentava suscetibilidade moderada a elevada a movimentos de massa em vertentes e incêndios rurais (Figura 3), bem como nevoeiros e cheias rápidas (Figura 4).

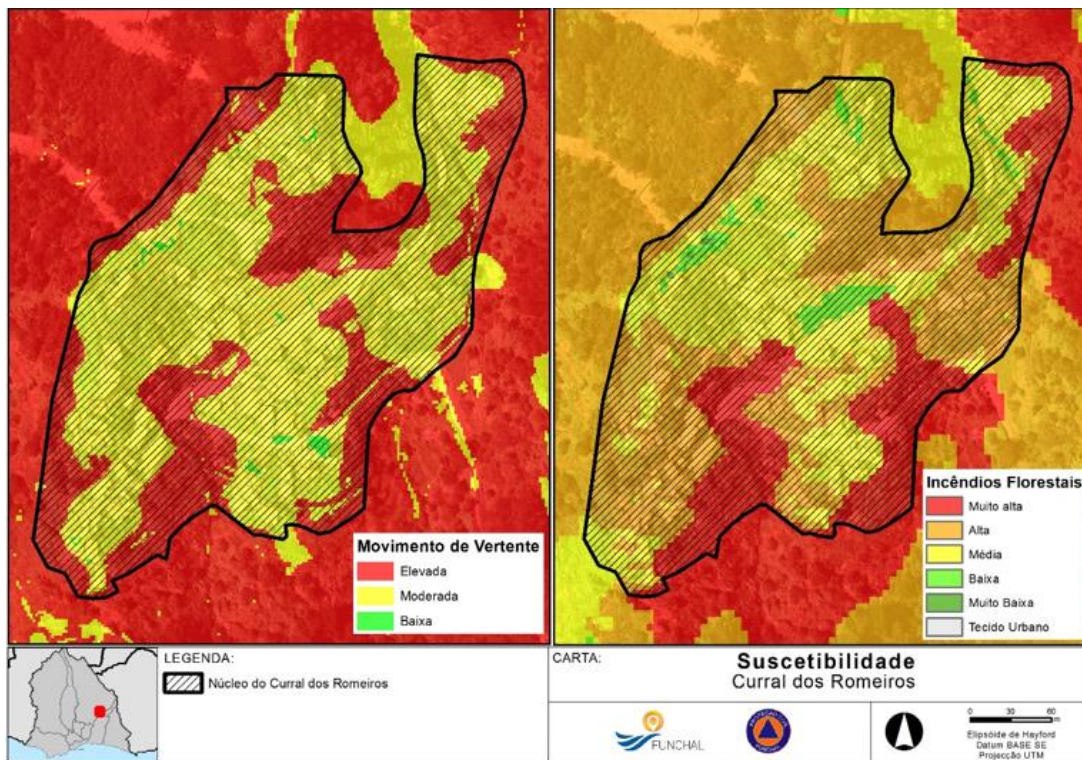


Figura 3 - Suscetibilidade a movimento de massa em vertente e a incêndios florestais
 Fonte: SMPC Funchal

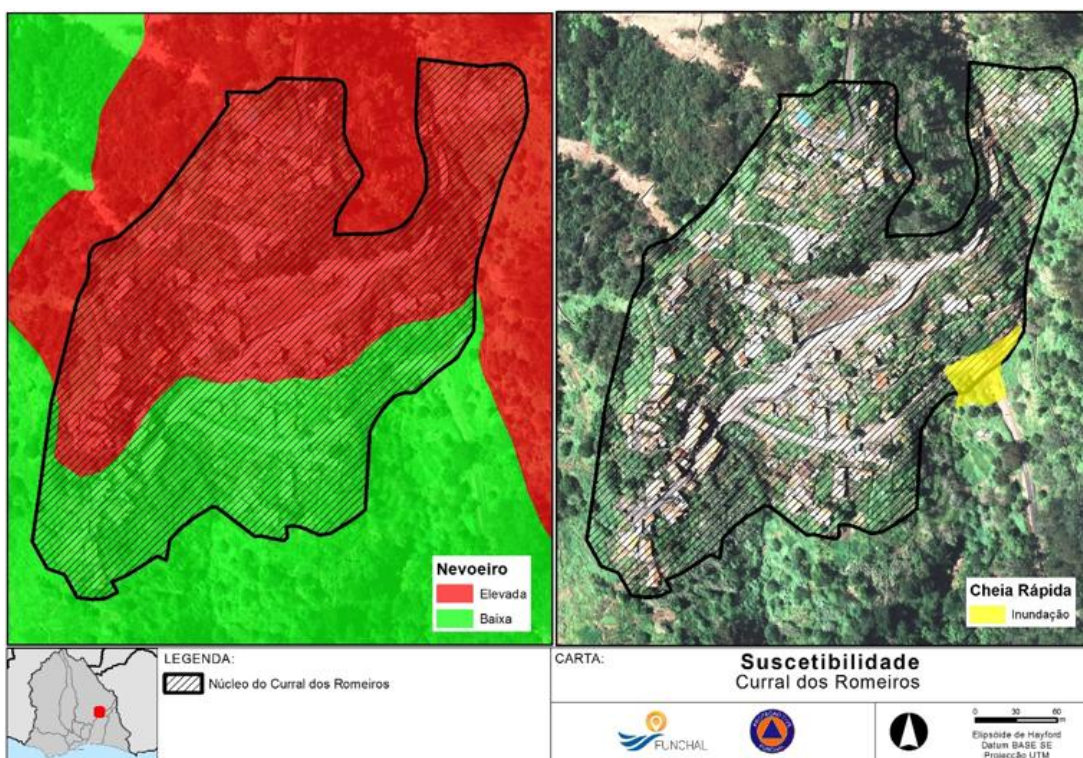


Figura 4 - Suscetibilidade a Nevoeiro e Cheia Rápida
 Fonte: SMPC Funchal

Um dos diversos eventos marcantes que decorreram neste século e que deixou sequelas na população, foi a aluvião de 20 de fevereiro de 2010, em que a precipitação registada foi entre 290 – 330 mm num período de 24 horas, (Fragoso et al., 2012) dando origem a diversos movimentos de massa em vertente no sítio, provocando um escoamento superficial que condicionou a mobilidade da população. Outro fator preponderante, foi o facto de ser uma localização vulnerável no contexto dos incêndios rurais, passando por diversos episódios ao longo da história. Destaca-se o incêndio de agosto de 2016, que aconteceu após a decisão da constituição do NPC, mas que reforçou a necessidade da implementação do mesmo. Este incêndio causou danos em 18 habitações na comunidade em estudo e destruiu praticamente toda a vegetação existente no local (Figura 5).

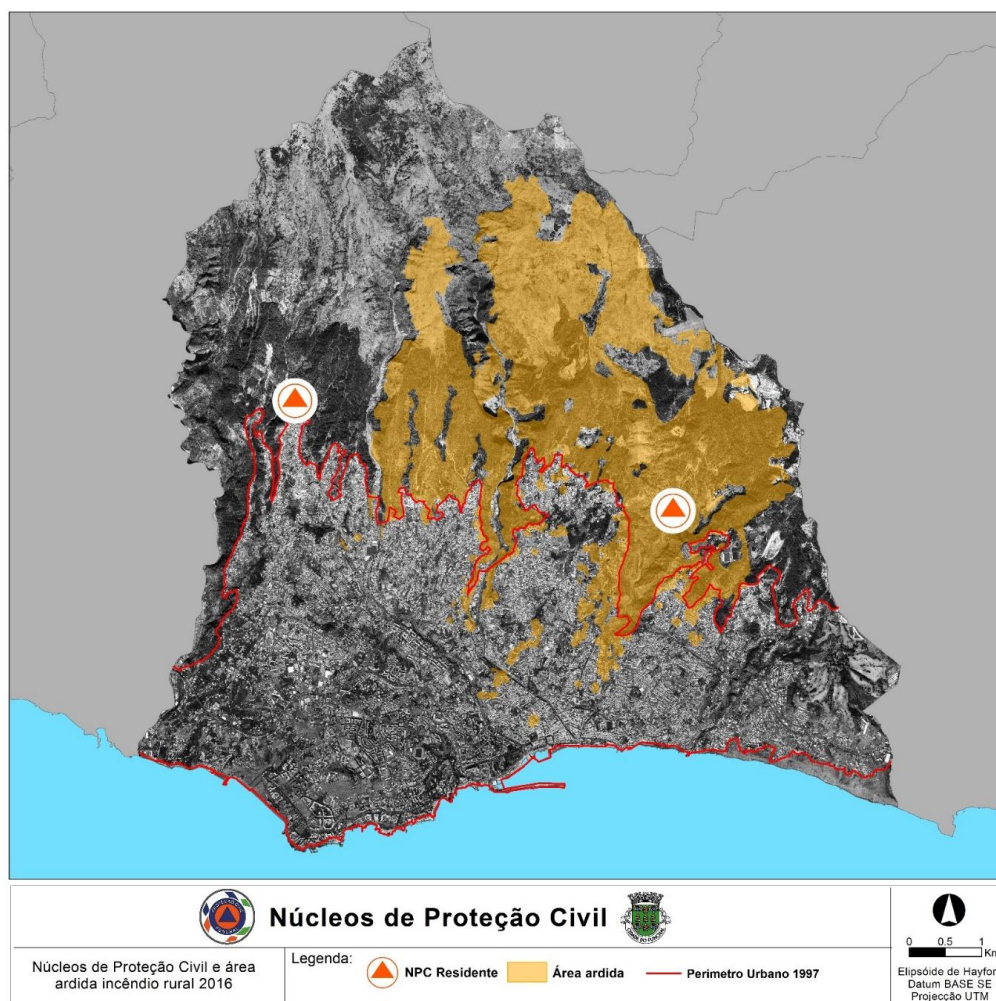


Figura 5 - Área ardida no Funchal - Incêndios Agosto 2016, com a localização dos Núcleos de Proteção Civil residente à data.

Fonte: SMPC Funchal

VULNERABILIDADE

A vulnerabilidade da população ao longo dos anos tem vindo a alterar-se, pois no passado as acessibilidades para o local eram apenas pedonais e com declives bastante acentuados (Figura 6).



Figura 6 - Curral dos Romeiros, Década 20 do Seculo XX

Fonte: Madeira, Curralinho

Apesar de, atualmente, já existir acesso rodoviário, ainda se caracteriza por um local de difícil acesso, o que se traduz num aumento da vulnerabilidade dos residentes em situações de emergência.

O grau de isolamento desta comunidade, nestas situações, define-se pela rede viária, constituída por um único eixo rodoviário que facilita o acesso às vias pedonais, rede predominante. Esta singularidade torna a mobilidade da comunidade reduzida ou até nula durante a ocorrência de um movimento de massa em vertente na proximidade do eixo rodoviário ou simplesmente com a queda de árvores.

Outro fator a ter em consideração é a distância entre a localidade e os corpos de bombeiros do município, (Figura 7), uma vez que qualquer intervenção destes, implica necessariamente a deslocação dos meios humanos e mecânicos

para o local da ocorrência. Este movimento físico é afetado pela topografia irregular, com relevos acidentados que é agravado pelo peso do veículo. O Curral dos Romeiros dista 7,8 km do Quartel da Companhia de Bombeiros Sapadores do Funchal e 5,8 km do Quartel dos Bombeiros Voluntários Madeirenses, correspondendo a um tempo médio de resposta de um Veículo Tanque de 20 minutos, justificado pela sinuosidade das vias rodoviárias e da amplitude altimétrica de 545 metros.

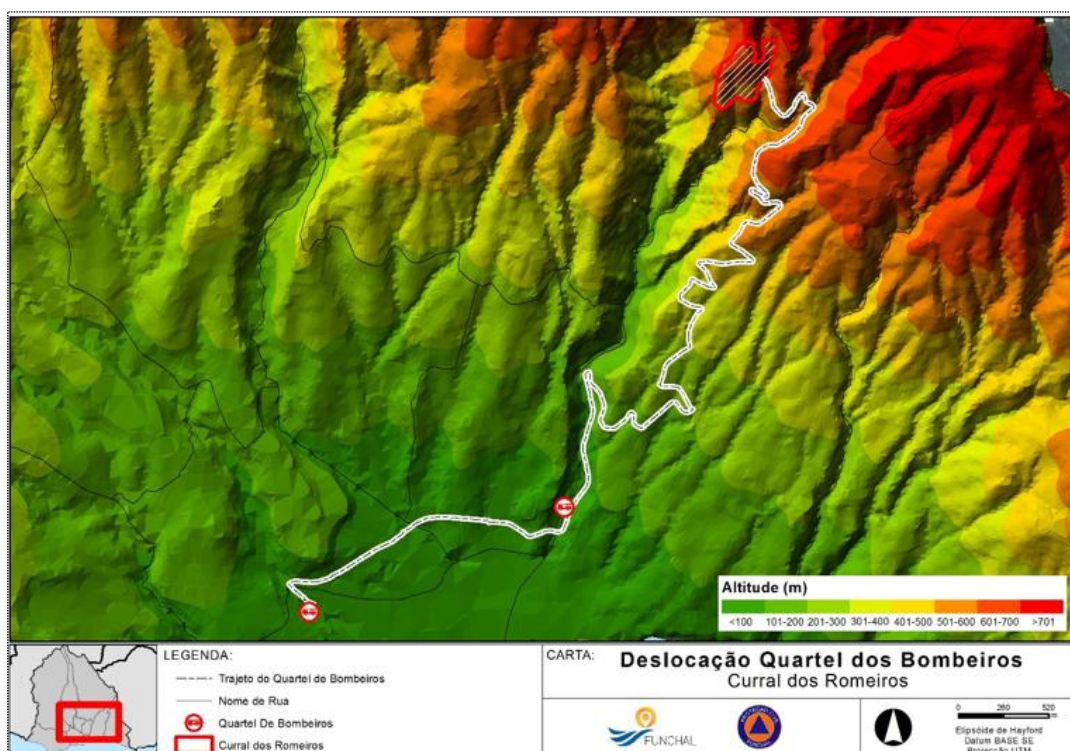


Figura 7 - Trajeto efetuado pelos corpos de bombeiros até ao local
Fonte: SMPC Funchal

Os dois acessos rodoviários ao Curral dos Romeiros são a Rua Nova do Curral dos Romeiros, que faz ligação com o Caminho dos Pretos e a Estrada do Curral dos Romeiros que liga ao Caminho do Meio (Figura 8), formando o único eixo de ligação rodoviária. Assim, foi verificado que a comunidade, num cenário de obstrução da via, fica com mobilidade condicionada, podendo mesmo dificultar o acesso aos meios de socorro que utilizam preferencialmente o ponto de acesso que liga a estrada do Curral dos Romeiros ao Caminho do Meio.

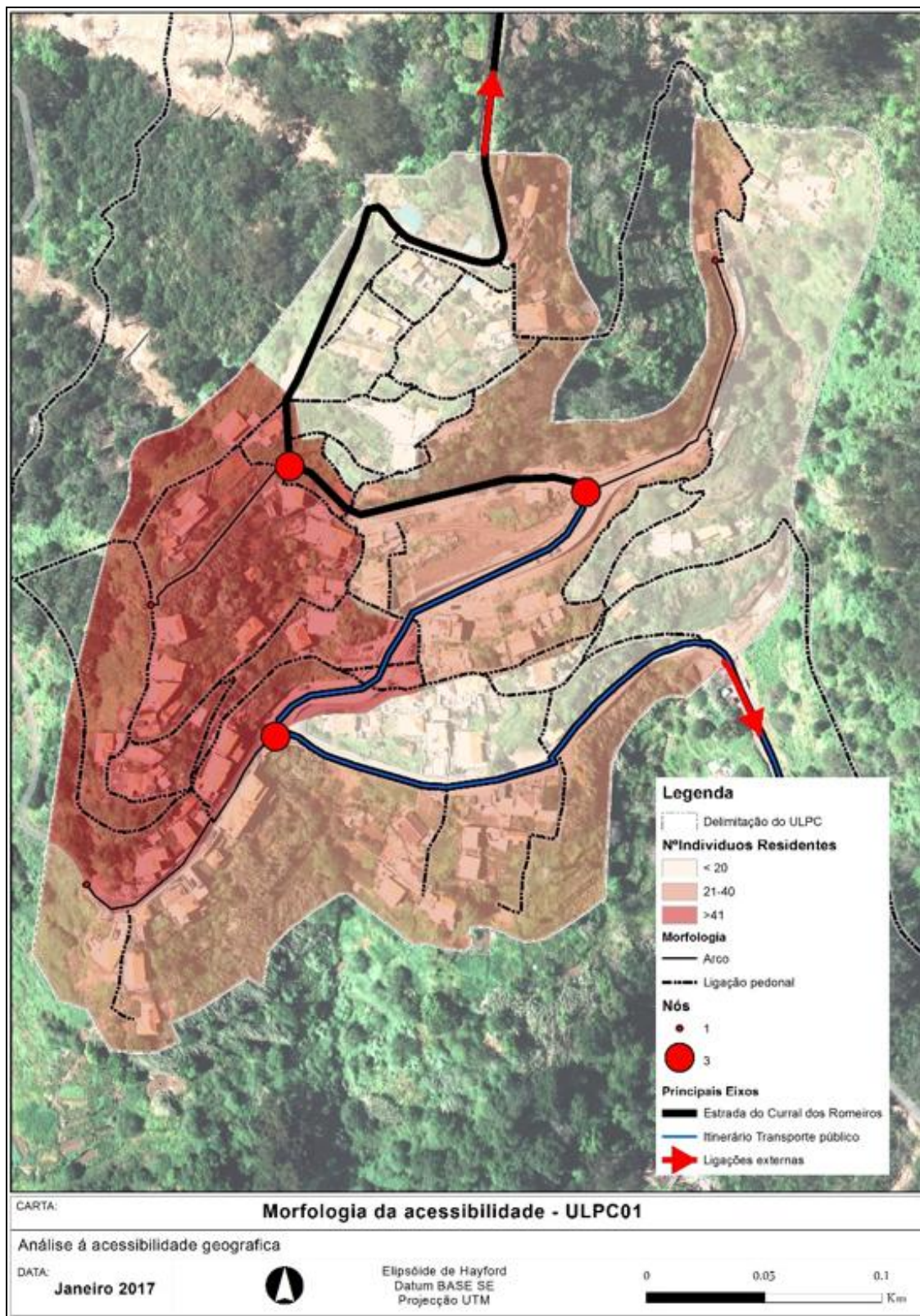


Figura 8 - Acessibilidades Curral dos Romeiros
Fonte: SMPC Funchal

RECOLHA E ANÁLISE DOS DADOS

O SMPCF utilizou a base de dados do Instituto Nacional de Estatística relativamente aos Censos de 2011 (Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2012) para recolher e analisar os seguintes dados relativamente ao Curral dos Romeiros:

Características da População Residente:

- Número total de indivíduos: 180
- Mulheres: 53.3 %
- Homens: 46.7 %
- População Residente com mais de 65 anos: 18.9 %
- População Residente dos 20-64 anos: 64.4 %
- População Residente dos 15-19 anos: 8.9 %
- População Residente dos 10-14 anos: 2.2 %
- População Residente dos 5-9 anos: 3.9 %
- População Residente dos 0-4 anos: 1.7 %

Foi verificado que, à data da análise, a maioria das residentes estavam em idade ativa (população entre os 15 e 64 anos) correspondendo a 73.3 % da população.

Características das Habilitações Escolares:

- Não sabe ler nem escrever: 12.1 %
- Ensino Secundário Completo: 11.1 %
- Ensino Superior: 3.3 %
- A estudar nos diferentes níveis de ensino: 20.6 %
- Sem dados recolhidos: 52.9 %

De salientar que os dados faziam referência a 85 elementos da população num universo de 180.

Caracterização Familiar:

- N.º de Famílias Clássicas¹: 60

¹ Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

- Famílias Clássicas com pessoas maiores de 65 anos: 40 %
- Famílias Clássicas com pessoas menores de 15 anos: 20 %
- N.º de Núcleos Familiares (não casados): 56
- Núcleos Familiares com 1 filho: 26.8 %
- Núcleos Familiares com 2 filhos: 44.6 %
- Núcleos Familiares com filhos com idade inferior a 6 anos: 5.4 %
- Núcleos Familiares com filhos com idade superior a 15 anos: 69.6 %

No Curral dos Romeiros residiam 60 famílias tradicionais, das quais 24 tinham pelo menos uma pessoa com mais de 65 anos e 12, pelo menos, uma pessoa com menos de 15 anos. Verificou-se ainda que existiam 56 núcleos familiares, onde predominavam os núcleos não casados, com um ou dois filhos, maioritariamente com idade superior a 15 anos.

Caracterização da Situação de Emprego:

- População Empregada: 41.7 %
- População Sem Atividade Económica: 40 %
- População Reformada ou Pensionista: 17.2 %

Caracterização dos Edifícios:

- N.º de Edifícios: 77
- Edifícios Exclusivamente Residenciais: 100 %
- Edifícios com 1 ou 2 Pisos: 88.3 %
- Edifícios construídos entre 1971-1990: 40.3 %
- Edifícios construídos entre 2001-2011: 24.7 %
- Edifícios com estrutura de Betão Armado: 79.2 %
- Índice de Envelhecimento (2011): 52.5 %

Caracterização dos Alojamentos:

- N.º Alojamentos Familiares: 80
- Média de Alojamentos por Edifício: 1
- Alojamentos Familiares de Residência Habitual: 75 %
- Alojamentos Familiares Vagos: 1.3 %
- Alojamentos Familiares com Água Canalizada, Sanita e Sistema de Drenagem de Águas Residuais: 100 %

- Alojamentos Familiares com Banho: 100 %
- Alojamentos Familiares com 3 ou 4 Divisões: 46.7 %
- Alojamentos Familiares ocupados pelo Proprietário: 88.3 %
- Alojamentos Familiares Arrendados: 0 %
- Média de Indivíduos por Edifício: 2

Ainda durante a análise dos dados, o SMPCF decidiu aprofundar a informação e analisar as subsecções² estatísticas dos Censos 2011 (Figura 9), verificando que a Subsecção 1123 correspondia a 37.2 % da população total do curral do Curral dos Romeiros.

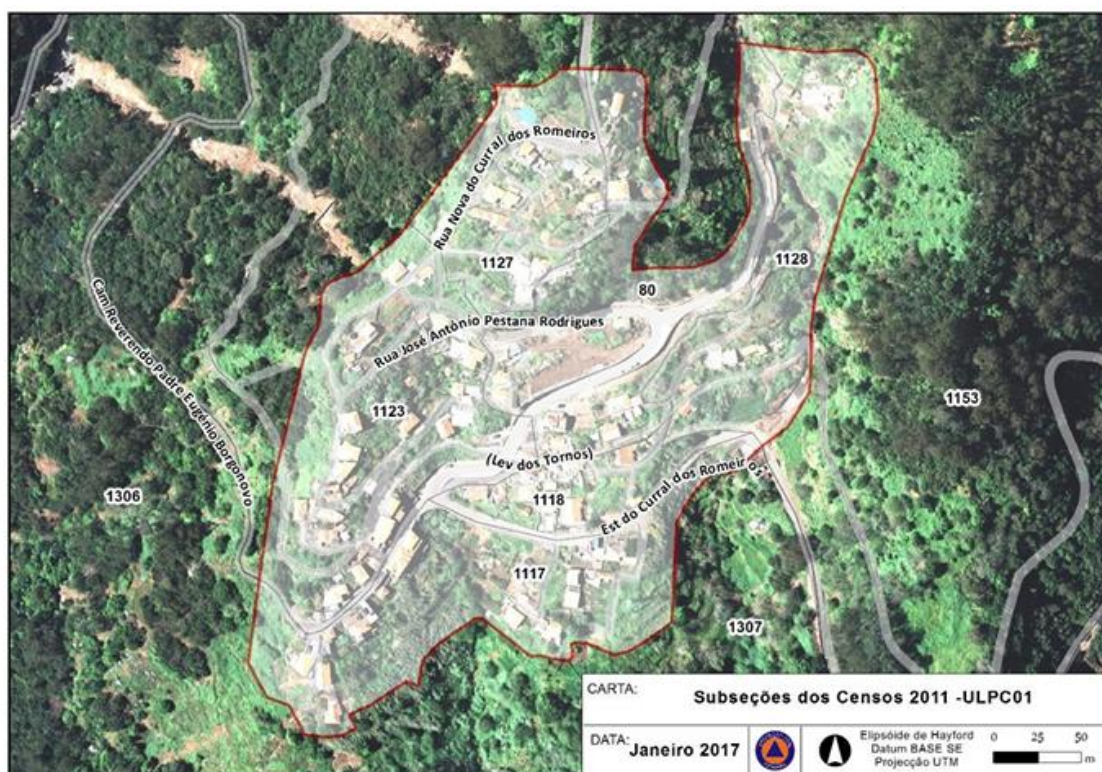


Figura 9 - Subsecções do Curral dos Romeiros

Fonte: SMPC Funchal

Após a recolha e análise dos indicadores, o SMPCF verificou, à data, que 67 elementos da comunidade residiam em áreas com acesso exclusivamente pedonal, o que condicionava a mobilidade, principalmente no contexto de emergência. A comunidade era constituída por 96 mulheres que, segundo Franco

² Unidade territorial que identifica a mais pequena área homogénea de construção ou não, existente dentro da secção estatística. Corresponde ao quarteirão nas áreas urbanas, ao lugar ou parte do lugar nas áreas rurais ou a áreas residuais que podem ou não conter unidades estatísticas (isolados).

et al. (2015), possuem uma maior percepção do risco, comparativamente aos homens; e 34 dos habitantes possuíam mais de 65 anos, que pressupõe menor robustez física, logo uma diminuição da mobilidade e menor percepção de risco (Franco et al., 2015).

As 14 crianças com idade inferior a 5 anos, por possuírem uma menor capacidade de mobilidade e percepção dos acontecimentos, também eram tidas em consideração como um grupo bastante vulnerável em caso de situações adversas.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO NÚCLEO DE PROTEÇÃO CIVIL RESIDENTE

Com o objetivo de implementar uma metodologia de trabalho exequível, foram delineadas três fases distintas: mobilização social e divulgação do projeto; formação e treinos e, por fim, a fase de acompanhamento.

Em agosto de 2016, iniciou-se a elaboração dos conteúdos programáticos, com base no projeto brasileiro Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC), a serem lecionados aos residentes, tendo em consideração uma formação contínua e ajustada às especificidades da população-alvo e respetiva dinâmica, pois era fundamental considerar aspetos como os valores e o conhecimento local/cultural, de modo a desenvolver conteúdos apropriados que integrassem esses conhecimentos.

O principal objetivo definido foi a promoção da resiliência de forma multidisciplinar. Para tal, a formação foi estruturada em duas secções distintas: a secção da proteção civil e, posteriormente, após o decorrer do projeto, a secção da inteligência emocional.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

No que diz respeito à mobilização social, o SMPCF optou pelo contacto direto com a população da localidade, através de ações de sensibilização “porta-a-porta”, com o propósito de divulgar o projeto e os moldes em que este seria desenvolvido. As incursões na localidade serviram também para observar *in loco* as especificidades do território, a sua dinâmica local e identificar as preocupações

da comunidade relativamente a questões de segurança, bem como aos perigos e vulnerabilidades existentes. Por fim, mas não menos importante, os técnicos aproveitaram para validar e atualizar os dados disponibilizados pelos Censos de 2011 relativos à população.

Em outubro de 2016, houve uma reunião com um residente do Curral dos Romeiros, para o mesmo ser o elo entre o SMPCF e a comunidade, ao mesmo tempo que colaboraria na sensibilização da população para a implementação do projeto. Esta decisão foi apoiada devido ao grande incêndio de agosto, pois este deixou marcas profundas na população, com esta a manifestar indignação com a ausência de meios de socorro durante o evento. No entanto, os residentes demonstraram uma conseqüente desvalorização relativamente à importância da formação, solicitando apenas material para uma primeira intervenção.

Ultrapassado esta condicionante, e após o reforço da equipa do SMPCF para dar resposta à formação pretendida, foi efetuada a apresentação do projeto NPC Residente a 22 de fevereiro de 2017, cujo principal objetivo era dar a conhecer o projeto dos Núcleos de Proteção Civil Residente à população. Para tal, foi utilizado o salão paroquial da igreja local. Foram distribuídos folhetos informativos, com a explicação do projeto, os objetivos e as suas principais atividades (Anexo 3). A primeira sessão foi a de auscultação da população, que apresentaram problemas, mas, ao mesmo tempo, e ao longo das sessões seguintes, os residentes apresentaram soluções para os problemas identificados no Curral dos Romeiros, nomeadamente a recuperação de um tanque de rega e o levantamento do estado de conservação dos marcos e bocas de incêndio.

A população demonstrou-se interessada com a doação do Kit de Proteção Civil, argumentando que este seria uma mais-valia, mas voltaram a desvalorizar a formação, argumentando que a comunidade já se encontrava devidamente preparada e organizada para intervir em situação de emergência, por já estarem habituados a lidar com fenómenos naturais. Este facto levou novamente à marcação de reuniões, em que o objetivo foi trabalhar a necessidade de formação, desconstruindo-se ideias consolidadas resultando, no final, a decisão, entre ambas as partes, em avançar com a formação. A metodologia baseou-se na

proximidade com a comunidade, abordando temas relevantes para perceber o valor da informação no seu dia a dia.

FORMAÇÃO E TREINOS

O plano formativo foi desenvolvido com base em manuais e projetos já existentes, nomeadamente, a formação ministrada nos NUDEC's do Brasil, destacando-se o “Manual de Formação dos NUDEC's” (Lucena, 2005), que, na prática, serviu como modelo fundamental para o projeto. Outro documento orientador de grande relevância foi o “Guia de Disseminação - Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil” publicado pelo Portugal Participa que proporcionou diretrizes essenciais para o planeamento e execução de ações preventivas e de educação das comunidades, no âmbito da implementação de Núcleos de Proteção e Defesa Civil.

Para promover a dinâmica e o envolvimento do NPC Residente durante a formação, foram adotados os métodos ativo, interrogativo, expositivo e demonstrativo. Privilegiou-se a realização de exercícios práticos e a simulação de situações de emergência. As temáticas foram aprofundadas utilizando diferentes recursos pedagógicos, como a análise de notícias nacionais e regionais sobre a ocorrência de situações de emergência; análise de ortofotomapas com o objetivo de trabalhar a noção de espaço geográfico; jogos lúdico-pedagógicos, quebra-cabeças, criação de newsletters, vídeos de sensibilização, dinâmicas de grupo e role-plays, todos alinhados com as temáticas abordadas.

As formas de transmissão e sensibilização utilizadas permitiram uma maior absorção dos conhecimentos por parte dos intervenientes, disseminando e desenvolvendo conhecimentos técnicos e práticos em matéria de prevenção e autoproteção, enquanto trabalhavam aspetos psicológicos e competências importantes, considerando a promoção da resiliência em todas as suas vertentes.

A primeira sessão de formação foi a 02 de março de 2017 e contou com a presença do Vereador com o pelouro da Proteção Civil à data, Dr. Domingos Rodrigues, e do Chefe José Minas da Companhia de Bombeiros Sapadores do Funchal (CBSF). A pedido da população, as restantes sessões passaram a ser realizadas semanalmente às quintas-feiras, no horário pós-laboral, entre as 20h00

e as 21h30, permitindo assim, uma maior adesão da comunidade. Também ficou acordado manter o local da formação, devido à proximidade geográfica dos formandos, para as sessões seguintes.

As temáticas foram ministradas pelos técnicos do SMPCF, tendo a colaboração da CBSF em algumas áreas específicas.

No decorrer das sessões, foram realizadas saídas de campo para a sinalização dos perigos e vulnerabilidades aos quais a população está exposta, que culminaram com a elaboração orientada de um Plano Local de Emergência.

Na fase inicial da formação, foram idealizadas e efetuadas 18 sessões para formação e treino, as quais foram organizadas pelo SMPCF com base em temáticas. Todas elas tiveram objetivos pré-definidos, de forma a garantir que a formação, idealizada pelo SMPCF, atingisse a finalidade pretendida

Seguem-se, em maior detalhe, as temáticas abordadas.

- **Riscos Naturais – 02/03/2017**

- Objetivos: compreender a importância do comportamento humano e a sua influência na vulnerabilidade; relembrar os fenómenos naturais que ocorreram na Ilha da Madeira.

- **Como Proteger a Casa dos Incêndios Florestais – 02/03/2017**

- Objetivos: conhecer as medidas de prevenção e autoproteção da habitação em situações de Incêndios Florestais.

Nesta sessão, foram disponibilizados folhetos informativos cedidos pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) (Anexo 4), e pelo Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM (IFCN, IP-RAM) (Anexo 5).

- **Kit de Proteção Civil – 16/03/2017**

- Objetivos: conhecer os objetos que compõem o kit de Proteção Civil.

- **Incêndios na Habitação – 23/03/2017**

- Objetivos: conhecer a origem, as causas e as consequências dos incêndios na habitação; refletir sobre os comportamentos quotidianos que influenciam o risco de incêndio na habitação;

reconhecer os diferentes tipos de agente extintor; saber agir numa situação real de incêndio.

- **Mapa Comunitário e Localização de Hidrantes – 09/03/2017 e 30/03/2017**
 - Objetivos: cartografar as áreas mais suscetíveis aos riscos naturais, tecnológicos e mistos; clarificar o funcionamento da rede de hidrantes; sinalizar bocas e marcos de incêndio existentes na comunidade.
- **Emoções (crianças) – 30/03/2017**
 - Objetivos: reconhecer e identificar as emoções através da expressão facial e corporal; refletir sobre a importância das emoções na interação social.
- **Rastreio à População e Sistema Integrado de Emergência Médica na Madeira – 05/04/2017**
 - Objetivos: conhecer o Sistema Integrado de Emergência Médica na Ilha da Madeira; realizar um rastreio de glicemia e medição da tensão arterial.

A sessão contou com a colaboração da CBSF (Figura 10) para efetuar as medições da glicemia capilar e da tensão arterial, tendo sido disponibilizada uma folha individual para registo dos valores, contendo informação complementar sobre o tema (Anexo 6).



Figura 10 - Medição da tensão arterial
Fonte: SMPC Funchal

- **Risco Natural: Cheias Rápidas e Inundações Urbanas – 17/05/2017 e 24/05/2017**

- Objetivos: compreender a origem meteorológica e os fatores desencadeantes das cheias rápidas e inundações na Ilha da Madeira; conhecer os critérios de emissão dos avisos meteorológicos do Instituto do Mar e da Atmosfera (IPMA) para a Ilha da Madeira; saber como agir perante cheias rápidas ou inundações; conhecer e adotar as medidas de prevenção, autoproteção e socorro adequadas; sinalizar as áreas mais suscetíveis a cheias rápidas e inundações, locais seguros e as principais vias de escoamento.

No final da sessão de 17/05/2017 foi realizado um exercício de avaliação com o intuito de aferir se os conhecimentos transmitidos foram apreendidos. De um modo geral, os residentes conseguiram identificar os sinais, o tipo de fenómeno natural e os comportamentos de risco descritos no exercício realizado. Para complementar esta temática, na sessão de 24/05/2017, foi pedido aos residentes que, perante quatro cenários distintos (em casa, na rua, durante o outono e inverno e no dia a dia), indicassem as medidas de prevenção e autoproteção que melhor se adequavam a cada uma das situações.

- **Perceção do Risco –** Apesar de fazer parte do referencial formativo, não foi ministrada.

- Objetivos: conhecer cenários reais de eventos naturais na Ilha da Madeira; identificar os comportamentos humanos que aumentam a vulnerabilidade da comunidade a fenómenos naturais.

- **Risco Natural: Ondas de Calor – 08/06/2017**

- Objetivos: perceber a diferença entre ondas de calor e vagas de frio; conhecer os principais efeitos das temperaturas extremas adversas na saúde; compreender a origem meteorológica e os fatores desencadeantes das ondas de calor na Madeira; conhecer os critérios de emissão dos avisos meteorológicos do IPMA para a Madeira; saber como agir

perante ondas de calor ou vagas de frio; conhecer e adotar as medidas de prevenção e autoproteção adequadas.

- **Demonstração do Manuseamento de Extintores – 01/07/2017**

- Objetivos: saber como agir perante um incêndio urbano; saber manusear os diferentes tipos de extintor de incêndio (CO2 e pó químico) (Figura 12) e utilizar a manta de fogo.



Figura 12 - Práticas de utilização de extintores

Fonte: SMPC Funchal

- **Proteção Civil – 17/06/2017**

- Objetivos: compreender a importância da atuação da Proteção Civil em situações de emergência; conhecer a orgânica, os princípios e as competências do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM e do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC); compreender os critérios de ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil; conhecer

as Zonas de Concentração e Apoio à População e as Zonas de Concentração e Irradiação.

- **Registo *in Loco* – 17/06/2017**
 - Objetivos: relacionar os conhecimentos teóricos adquiridos com a realidade local; reconhecer a importância das técnicas de observação utilizadas na avaliação de situações de emergência; conhecer as diferentes formas de monitorização dos riscos; fomentar uma maior aproximação da comunidade local aos agentes de Proteção Civil.
- **Situações de Emergência – 29/06/2017 e 13/07/2017**
 - Objetivos: conhecer os contatos das entidades de socorro e os procedimentos de utilização do Número Europeu de Emergência (112); reconhecer a importância de saber comunicar corretamente as situações de emergência aos agentes de Proteção Civil; conhecer as medidas de segurança a adotar antes, durante e após uma situação de emergência; compreender a importância da evacuação em situações de emergência; sinalizar as rotas de evacuação em situação de emergência; aprender a elaborar o Plano Local de Emergência e o Plano de Emergência Familiar de acordo com os riscos existentes na comunidade.
- **Entrega do Kit de Proteção Civil – 08/07/2017**
 - Sessão de entrega oficial do kit de Proteção Civil doado pela empresa DesignMarks.

Foi elaborada uma declaração como comprovativo de entrega do equipamento pertencente ao kit de Proteção Civil (Anexo 7), juntamente com uma checklist que detalha a respetiva designação do material doado ao NPC (Anexo 8). O ato de entrega foi alvo de notícia na comunicação social da região (Figura 13).

CISION	DIÁRIO de Notícias MÉDIA	Tiragem: 10632 País: Portugal Períod.: Diária Âmbito: Regional	Pág: 14 Cores: Cor Área: 23,80 x 12,30 cm ² Corte: 1 de 1	
ID: 70346216	09-07-2017			

Kits de Protecção Civil no Curral dos Romeiros

Os Kits de Protecção Civil, com que a CMF tem vindo a dotar vários núcleos populacionais, chegaram, ontem ao Curral dos Romeiros. O primeiro kit foi entregue à Unidade Local, num acto em que participaram Paulo Cafófo e Domingos Rodrigues, que tem o pelouro da Protecção Civil. Na pequena cerimónia participaram, igualmente, os Bombeiros Sapadores do Funchal.



A entrega do material, na tarde de ontem.

“Paulo Cafófo tornou, assim, a ULPC do Curral dos Romeiros na primeira totalmente funcional do

concelho e anunciou que o local que servirá de base à Unidade também já está definido: a Autarquia vai recuperar a antiga Escola do

Curral dos Romeiros e sediar a recém-criada Unidade no seu piso superior. A obra já foi, de resto, adjudicada”, explica a autarquia.

Citado pela assessoria de comunicação, Paulo Cafófo, na ocasião, afirmou que “o Serviço Municipal de Protecção Civil do Funchal tem trabalhado, desde o início do ano, na implementação destes projectos, que pela sua novidade e especificidade, exigem tempo e a adequada pedagogia e formação junto das populações-alvo, estando neste momento em implementação cinco projectos, nomeadamente no Curral dos Romeiros, nas Corujeiras e nas Babosas-Lajinhas, na freguesia do Monte, e no Sítio da Alegria e na Escola Dr. Eduardo Braço de Castro, estes em São Roque.” O autarca disse também que, “entre estes casos, a Unidade do Curral dos Romeiros era claramente aquela que já estava num estágio de implementação mais avançado, também porque se trata de uma população que já foi exposta a este tipo de situações de catástrofe e tem, por isso, uma sensibilidade assinalável a este respeito. Este é, por isso, o primeiro resultado natural do trabalho que temos feito.” E. P.

Figura 13 - Entrega do “Kit de Protecção Civil”

Fonte: Diário de Notícias

- **Exercício de Evacuação e de Primeira Intervenção (Simulacro) – 22/07/2017**

- **Objetivos:** reforçar a capacidade de resposta da comunidade perante uma situação de emergência; conhecer os procedimentos de evacuação e os meios de primeira intervenção em situação de emergência; conhecer os recursos e meios existentes na comunidade para intervir em situação de emergência; saber agir numa situação real e operar com os meios de primeira intervenção para ação defensiva das habitações; adotar as medidas de autoproteção, socorro e recuperação adequadas ao cenário simulado; avaliar a capacidade de antecipação e de resposta da comunidade perante a iminência de uma situação de emergência.

De modo a colocar em prática a formação ministrada até à data, foram utilizados diversos cenários para proporcionar diferentes contextos de resposta aos residentes.

Ao sinal de alarme, toda a população teria de, conforme as funções designadas, desencadear os procedimentos previstos no Plano Local de Emergência. O exercício permitiu testar o plano e as respetivas ações operacionais, associadas à ocorrência de um incêndio florestal, incêndio urbano-florestal, queda de árvore de grande porte e evacuação de uma pessoa acamada. Foi verificada a necessidade de melhorar a comunicação entre os elementos da NPC e o Comandante de Operações de Socorro (COS); de criar uma lista de contactos para disponibilizar a todos os elementos da NPC e de adquirir um megafone com sirene para o kit de Proteção Civil. Em contrapartida, verificaram que existiu uma boa coordenação entre os elementos do NPC no que concerne à montagem do equipamento e à rapidez com que agiram na desobstrução da Estrada do Curral dos Romeiros em virtude da queda da árvore de grande porte (Figura 14).



Figura 14 - Desobstrução da via pelos elementos do NPC
Fonte: SMPC Funchal

A Figura 15 elucida o número de participantes presentes em cada sessão.

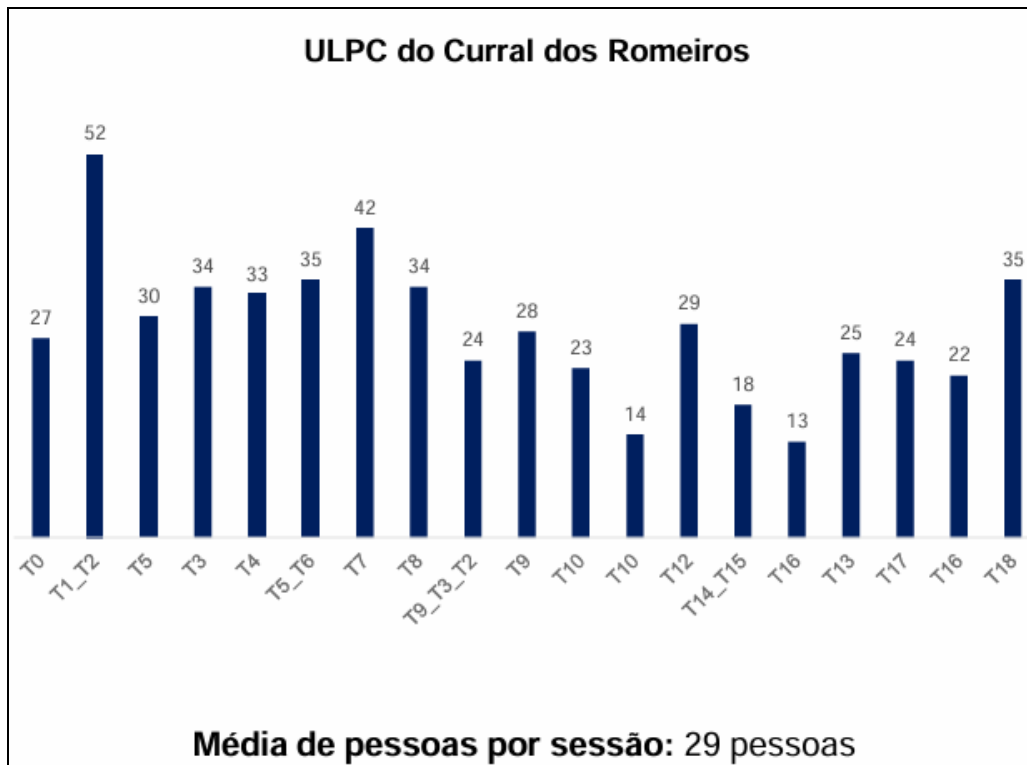


Figura 15 - Formandos por sessão
Fonte: SMPC Funchal

Numa das primeiras sessões agendadas, foram disponibilizadas duas fichas de inscrição para os cursos de formação a desenvolver posteriormente, nomeadamente o Curso de Suporte Básico de Vida e Desfibrilhador Automático Externo (SBV-DAE) e o Curso de Primeira Intervenção de Combate a Incêndios.

O curso de Primeira Intervenção de Combate a Incêndios, teve uma duração de 4 horas, ocorreu nos dias 4 e 5 de maio de 2018 e contou com a participação de 15 elementos.

Apesar de, inicialmente, estar previsto avançar rapidamente com a formação em SBV-DAE, tal procedimento não foi possível. Para mitigar esse imprevisto foi solicitada à CBSF a realização de uma formação em Primeiros Socorros. Devido à grande afluência de participantes, foi necessário dividir os formandos em dois grupos. O primeiro grupo teve uma sessão no dia 28 de abril e outra sessão no dia 23 de junho de 2018. O segundo grupo teve a primeira sessão a 09 de junho e a segunda também a 23 de junho de 2018, perfazendo um total de 7h30 para cada formando.

De acordo com o número 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2009/M, de 30 de dezembro, para operar um DAE, é necessária formação certificada, pelo que, embora os participantes tenham adquirido conhecimentos básicos em primeiros socorros, não obtiveram a certificação necessária. Em 2019, seis elementos afetos ao NPC realizaram o curso, obtendo a certificação para operar com DAE. A formação teve lugar no dia 30 de novembro de 2019, com uma duração de 7 horas, e contemplou as seguintes temáticas:

- Suporte Básico de Vida Adulto.
- Posição lateral de Segurança.
- Algoritmo de desobstrução da via aérea.
- Desfibrilhação Automática Externa/Situações especiais com DAE.
- Comandos do DAE e Colocação de Eléttodos.
- Algoritmo de SBV com DAE.
- Sessões teóricas.
- Sessões práticas.
- Cenários de casos clínicos.
- Avaliação.

Apesar de, inicialmente, não estar previsto aprofundar temáticas de Competências Pessoais e Sociais (CPS), com o decorrer das sessões de formação, os técnicos do SMPCF detetaram essa lacuna formativa. Por esse motivo, e após a preparação do conteúdo pedagógico, começaram a ser ministradas em outubro de 2018. Nesta fase foram programadas sete sessões perfazendo um total de 10 horas de formação.

- **Auto e Hétero Conhecimento – 19/10/2018**

- Objetivos: verificar as relações existentes dentro do grupo e quem é/são a(s) pessoa(s) líder(es) desse grupo; apurar quem são os líderes positivos e negativos do grupo e as pessoas em que cada um confia.

- **Resultados da Avaliação das Competências Pessoais e Sociais – 07/12/2018**

- **Gestão do Stress – 29/03/2019**

- Objetivos: conhecer e reconhecer os sintomas, causas e tipos de stress; compreender a influência e os efeitos do stress no bem-estar e na saúde do indivíduo; compreender a importância da gestão do stress em situações de emergência; desenvolver competências para prevenir o stress; aprender a gerir positivamente situações e momentos de stress; ser capaz de utilizar estratégias para a gestão do stress e da ansiedade, em si e nos outros.

- **Autorregulação Emocional – 11/04/2019**

- Objetivos: conhecer a função reguladora das emoções; reconhecer e distinguir as emoções em si e nos outros; reconhecer a manifestação e efeitos das emoções no comportamento; compreender a importância da autorregulação emocional no dia a dia; explorar e identificar estratégias de regulação emocional para as diferentes emoções.

- **Comunicação – 27/06/2019**

- Objetivos: reconhecer a importância da comunicação nos diferentes contextos; compreender a importância da linguagem não-verbal; identificar e diferenciar os quatro estilos de comunicação; reconhecer fatores que provocam falhas na comunicação interpessoal; compreender as vantagens da comunicação assertiva; identificar e aplicar técnicas do estilo assertivo; saber identificar aspetos chave de comunicação numa situação de emergência.

- **Trabalho em Equipa e Liderança – 11/07/2019**

- Objetivos: identificar especificidades do trabalho em equipa; reconhecer aspetos essenciais para o sucesso no trabalho em equipa; desenvolver competências de liderança e motivação de equipas; conhecer e distinguir os estilos de liderança; compreender a importância da comunicação e da

motivação na liderança de equipas; reconhecer obstáculos, barreiras e estratégias para uma comunicação eficaz em equipa.

- **Gestão de Conflitos – 18/07/2019**

- Objetivos: compreender possíveis origens e as causas dos conflitos; reconhecer e distinguir diferentes tipos de conflitos; compreender os benefícios e consequências dos conflitos; reconhecer e desenvolver estratégias para lidar com situações de conflito; saber lidar com conflitos emergentes perante situações de emergência.

Este período adicional foi, de certo modo, a consolidação da formação. Só após esta fase complementar de formações é que o SMPCF decidiu efetivamente dar por concluída a fase de formação e treinos.

No total, e não contabilizando os Cursos de Primeiros Socorros, Curso de SBV-DAE e o Curso de Primeira Intervenção de Combate a Incêndios, foram ministradas 37 sessões, a última das quais a 26 de julho de 2019, que serviu para repetir a temática da “Resultados da Avaliação das Competências Pessoais e Sociais”, após a formação ministrada.

ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO

Embora as três fases do projeto estivessem, teoricamente, separadas, na prática houve períodos em que se complementaram. Enquanto algumas sessões abordaram temáticas novas, consideradas pertinentes ou sugeridas pelos residentes, outras foram intercaladas com recapitulações da matéria previamente ministrada. As sessões, nesta fase, estavam planeadas para ter uma periodicidade mensal, com o intuito de manter uma relação de proximidade com a comunidade.

A 15 de novembro de 2019 deu-se a última sessão antes das restrições impostas devido à pandemia de COVID-19, o que originou um interregno nas sessões até 06 de julho de 2021. Entre este período e o final do ano 2024, realizaram-se mais 8 sessões de acompanhamento, com destaque para a última sessão intitulada “Demonstração e Manuseamento dos Meios de Primeira

Intervenção”, que foi realizada a 16 de agosto de 2024 (Figura 16), e que contou, como de costume nas sessões práticas, com a colaboração da CBSF.



Figura 16 - Sessão de 16 de agosto 2024
Fonte: SMPC Funchal

Para uma comunicação mais ágil, entre os técnicos do SMPCF com ligação ao projeto e os elementos do NPC, e com o propósito de garantir o acompanhamento constante, foi criado um grupo de WhatsApp com a presença dos diversos intervenientes. Esta via de comunicação, ainda em vigor, é utilizada para diversos fins, como esclarecer dúvidas sobre as temáticas lecionadas, agendar sessões ou comunicar pequenas ocorrências que necessitem da intervenção dos serviços camarários, como por exemplo marcos de incêndio danificados ou sem água, árvores em risco de queda para a via pública, ou até,

limpeza dos arruamentos devido a pequenos movimentos de massa. Ou seja, sempre que não se trate de uma situação urgente/emergente, que exija a ativação de meios de socorro através do número de emergência – 112, esta via de comunicação é preferencialmente utilizada.

INSTALAÇÕES DO NÚCLEO DE PROTEÇÃO CIVIL RESIDENTE

Como já referido anteriormente, numa fase inicial, foi utilizado o Salão Paroquial do Curral dos Romeiros para a dinamização das sessões formativas. No entanto, dado que era necessário encontrar um espaço para acondicionar o Kit de Proteção Civil que seria disponibilizado posteriormente, a CMF decidiu, ainda no decorrer do período de formação do NPC, avançar com a recuperação da antiga escola do Curral dos Romeiros, conforme foi noticiado publicamente pela comunicação social (Figura 17).



Figura 17 - Excerto da notícia do Jornal da Madeira

Fonte: SMPC Funchal

Após as obras de requalificação, anunciadas no valor aproximado de 44 mil euros (Figura 18) foi inaugurado o espaço a 16 de março de 2019. Ficou definido que o primeiro andar do edifício seria a sede do Núcleo de Proteção Civil, sendo o espaço composto por uma sala, uma casa de banho e um alpendre na lateral sul, com o acesso a ser feito através de umas escadas exteriores na lateral oposta.

 ID: 79569598	 17-03-2019	Meio: Imprensa País: Portugal Período: Diária Âmbito: Regional	Pág: 7 Cores: Preto e Branco Área: 24,60 x 6,11 cm ² Corte: 1 de 1
<h2>Curral dos Romeiros mais protegido</h2>			
<p>O presidente da Câmara do Funchal inaugurou, ontem, a sede do Núcleo Local de Proteção Civil do Curral dos Romeiros, no Monte, que fica instalada na antiga escola do Curral dos Romeiros. Este espaço foi reabilitado pela autarquia para o efeito, num investimento de cerca de 44 mil euros.</p>	<p>Na oportunidade, Paulo Cafôfo enalteceu "mais esta meta alcançada, logo na mesma semana em que os Núcleos Locais de Proteção Civil do Funchal foram selecionados como finalistas do Prémio de Boas Práticas de Participação 2018, promovido pela Rede de Autarquias Participativas". Os Núcleos Locais de Proteção</p>	<p>Civil têm vindo a ser operacionalizados por esta autarquia desde 2017, naquela que é "uma das novas abordagens para garantir a proteção de pessoas e bens nas zonas altas do concelho, dotando os cidadãos comuns de meios para saber comportar-se numa primeira resposta a situações de catástrofe", explicou o autarca.</p>	<p>Investimento quer garantir proteção de pessoas e bens nas zonas altas.</p>

Figura 18 - Notícia da inauguração da sede

Fonte: Jornal da Madeira

Numa primeira fase, o espaço foi equipado apenas com uma mesa e cadeiras de apoio para a dinamização das ações de formação e reuniões dos elementos do NPC.

Posteriormente, ao abrigo do Programa de Desfibrilhação Automática Externa para o concelho do Funchal, e após a acreditação de seis elementos do NPC para a utilização do DAE, foi instalado a 04 de junho de 2020 o equipamento adquirido pela CMF (Figura 19), destinado ao uso pelos cidadãos devidamente certificados para tal.



Figura 19 - DAE - Curral Dos Romeiros

Fonte: Autor

Em junho de 2022, e após proposta dos técnicos do SMPCF, foram solicitados dois moveis que estavam localizados na carpintaria da autarquia, os mesmos foram recondicionados de acordo com as especificações sugeridas pelos técnicos para acomodar o Kit de proteção civil (Figura 20). A instalação ocorreu em setembro do mesmo ano, juntamente com dois quadros de cortiça para fixação nas paredes, ficando a sala equipada como estava idealizado pelo SMPCF (Figura 21).



Figura 20 - Armários NPC

Fonte: Autor



Figura 21 - Sala NPC

Fonte: Autor

A última alteração significativa efetuada nas instalações surgiu em maio de 2024, por sugestão dos elementos do NPC. Foi criada uma acessibilidade à sede do NPC através das escadas de acesso à estrada do Curral dos Romeiros (Figura 22), com o objetivo de facilitar a movimentação e encurtar as distâncias de transporte do Kit de Proteção Civil.



Figura 22 - Nova acessibilidade ao NPC

Fonte: Autor

DISTINÇÕES DOS NÚCLEOS DE PROTEÇÃO CIVIL

Desde a implementação do projeto, no ano de 2016, a CMF através do SMPCF tem recebido diversos reconhecimentos pela dinamização dos NPC, o primeiro foi no ano de 2017, com a atribuição do 1.º lugar no Concurso Educação para a Segurança – Boas Práticas, Boas Notícias, atribuído pela Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia. Esta distinção deveu-se, exclusivamente, ao trabalho desenvolvido na dinamização dos Núcleos de Proteção Civil Jovem do município do Funchal.

As restantes distinções já fizeram referência aos dois tipos de NPC, nomeadamente o NPC Jovem e o NPC Residente. Em 2018, o SMPCF submeteu uma candidatura ao concurso Boas Práticas de Participação em Portugal, 4.ª edição da autoria do Portugal Participa, Rede de Autarquias Participativas, juntamente com outros dezasseis projetos, conquistando o primeiro lugar.

Em 2021, foi o vencedor da 1.ª edição do Prémio de Reconhecimento de Boas Práticas Locais de Promoção da Resiliência da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (Anexo 9).

O reconhecimento internacional surgiu em 2022, quando foi aceite como caso de estudo o projeto Núcleos de Proteção Civil, com a publicação de um artigo de contribuição na “Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction” da UN Office for Disaster Risk Reduction. O artigo foi um dos 50 estudos e casos selecionados à escala mundial. De salientar que o Global Assessment Report (GAR) constitui-se como o principal documento das Nações Unidas sobre as estratégias e esforços mundiais para reduzir o risco de desastre, caracteriza-se por ser bienal e resulta das contribuições de casos estudos e pesquisa académica referente ao risco de desastre.



Figura 23 - Distinções do projeto NPC

Fonte: SMPC Funchal

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

- **População e amostra**

A população-alvo deste estudo corresponde ao conjunto de elementos que integraram o NPC do Curral dos Romeiros desde a sua criação até à data da recolha dos dados. Trata-se de um grupo relativamente reduzido, de natureza comunitária, cuja composição variou ao longo do período de funcionamento do projeto, mas que se caracteriza por uma participação ativa e regular nas atividades promovidas pelo SMPCF.

Atendendo à dimensão limitada da população, optou-se por adotar uma amostragem de carácter censitário, procurando incluir todos os membros efetivos do Núcleo. Assim, o questionário foi disponibilizado a todos os participantes que, à data da recolha, integravam o grupo de comunicação ativo do NPC (via WhatsApp), que funcionou como principal meio de contacto e articulação com o SMPCF. No total, foram obtidas 12 respostas válidas, correspondendo a um número considerado representativo do universo em estudo. Importa referir que este valor se encontra alinhado com a média de presenças registadas nas últimas sessões desenvolvidas pelo NPC, reforçando a adequação da amostra.

- **Instrumento de Recolha de Dados**

O instrumento utilizado para a recolha de informação consistiu num questionário estruturado, elaborado especificamente em função dos objetivos da investigação e construído através da plataforma Google Forms. O questionário foi concebido de modo a avaliar as seguintes dimensões:

- O grau de identificação e sentimento de pertença dos membros relativamente ao NPC;
- O nível de envolvimento e participação nas atividades desenvolvidas;
- A perceção sobre a utilidade e eficácia do projeto;
- A adequação da metodologia implementada pelo SMPCF;

- Aspetos passíveis de melhoria e expectativas futuras relativamente ao NPC.

O questionário integrou questões de resposta fechada, maioritariamente baseadas em escalas ordinais (nomeadamente escalas tipo Likert), permitindo quantificar perceções e atitudes, bem como questões de resposta aberta destinadas a recolher contributos de natureza qualitativa que aprofundassem a interpretação dos resultados obtidos. A estrutura foi organizada de forma concisa e objetiva, garantindo um tempo de resposta estimado de 5 minutos, conforme indicado previamente aos participantes.

- **Procedimentos de Recolha de Dados**

A divulgação do questionário foi realizada através do grupo de WhatsApp do NPC, canal habitualmente utilizado para a comunicação interna entre os residentes participantes, os responsáveis do SMPCF e outros intervenientes vinculados ao Núcleo. Esta opção metodológica assegurou celeridade na disseminação do instrumento, acessibilidade aos participantes e continuidade com os canais de comunicação já reconhecidos e regularmente utilizados pela comunidade.

O período de recolha decorreu dentro de uma janela temporal previamente definida e comunicada aos participantes. Findo este período, todas as respostas registadas foram exportadas da plataforma Google Forms e submetidas a análise. A participação foi de carácter voluntário e anónimo, não tendo sido oferecido qualquer tipo de incentivo, garantindo-se o cumprimento integral do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e dos princípios éticos inerentes à investigação com seres humanos.

- **Análise dos Dados**

Os dados recolhidos foram tratados de forma descritiva e interpretativa, privilegiando a clareza e a representatividade:

- Estatística descritiva: cálculo de frequências, percentagens e médias (ex.: distribuição por género, antiguidade, número de sessões frequentadas).

- Interpretação qualitativa: análise das respostas abertas e das justificações fornecidas, permitindo identificar percepções, motivações e sugestões de melhoria.
- Triangulação: comparação com dados administrativos do SMPCF (ex.: média de presenças nas sessões) para validar a consistência das respostas.
- Representação gráfica: utilização de figuras e tabelas (Figuras 24–26 e Anexo 11) para ilustrar padrões e dispersões.

- **Constrangimentos do Estudo**

A recolha de dados enfrentou alguns constrangimentos, decorrentes tanto das características da população em estudo como das opções metodológicas adotadas.

- Dimensão reduzida da população: A natureza censitária da amostra, embora adequada ao contexto específico do Núcleo de Proteção Civil do Curral dos Romeiros, limita o potencial de generalização dos resultados a outros núcleos ou realidades semelhantes. A reduzida dimensão aumenta igualmente a influência de variações individuais na interpretação dos dados agregados.
- Dependência de canais digitais: A utilização exclusiva de meios digitais (WhatsApp e Google Forms) assegurou rapidez e acessibilidade, mas pode ter condicionado a participação de elementos com menor literacia digital ou menor assiduidade na utilização de plataformas online, introduzindo um potencial viés de seleção.
- Autopercepção e desejabilidade social: Num projeto de natureza comunitária, em que existe proximidade relacional entre os intervenientes, as respostas podem ter sido influenciadas por fatores de desejabilidade social, levando os

participantes a apresentarem percepções mais favoráveis do que as efetivamente experienciadas.

- Janela temporal limitada para resposta: Apesar de adequada aos objetivos da investigação, a duração do período de recolha pode ter excluído membros menos ativos ou que não visualizaram atempadamente a mensagem de divulgação do questionário.

Apesar destes constrangimentos, considera-se que a estratégia de amostragem censitária, o anonimato garantido, a adequação do instrumento aos objetivos da investigação e a taxa de resposta obtida permitem afirmar que os dados recolhidos são credíveis e metodologicamente válidos. Assim, constituem uma base empírica sólida para a análise do funcionamento do NPC do Curral dos Romeiros e para a formulação de recomendações futuras no âmbito da implementação das ULPC no concelho do Funchal.

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DOS ELEMENTOS DO NÚCLEO DE PROTEÇÃO CIVIL DO CURRAL DOS ROMEIROS

Com o desenvolvimento do presente estudo, surgiu a necessidade de avaliar a percepção sobre o projeto já implementado, com o intuito de identificar os aspetos positivos, que poderão ser aproveitadas na futura implementação das ULPC, e corrigir as lacunas detetadas na metodologia. Para tal, elaborou-se um breve questionário através do Google Forms (Anexo 10) com o objetivo de aferir o grau de sentimento de pertença dos elementos envolvidos no estudo de caso.

Para o efeito, o formulário foi divulgado através do grupo de WhatsApp, do qual fazem parte integrante os elementos do Núcleo, os responsáveis do SMPCF e outros membros com ligações ao NPC do Curral dos Romeiros.

Após o término da janela temporal comunicada para o preenchimento do respetivo questionário, foram registadas doze respostas, distribuídas equitativamente entre os sexos: 50% masculino e 50% feminino. De acordo com os dados do SMPCF, a média de presenças nas últimas sessões foi de 9,6

participantes, sendo que a sessão com maior afluência em 2024 contou com um total de 12 presenças.

Verificou-se que metade dos inquiridos integram o NPC há mais de cinco anos, mantendo-se uma distribuição equitativa entre os géneros. Apenas dois dos participantes referiram não estar, atualmente, envolvidos nas atividades do Núcleo. No que respeita à participação regular, o número desce para oito elementos, com predominância do sexo masculino (cinco participantes), face ao feminino (três participantes).

Quando questionados sobre a sua identificação com os objetivos do NPC (Tabela 5) e a perceção do seu impacto na comunidade, todos os inquiridos manifestaram concordância unânime.

Em determinadas questões do inquérito, foi utilizada a escala de Likert (1 a 5) com o objetivo de aferir os níveis de motivação e envolvimento dos participantes. Numa dessas questões, relativa ao grau de motivação para participar nas atividades do Núcleo, 75% dos inquiridos assinalaram os valores 4 ou 5, refletindo um nível elevado de motivação. A única resposta com valor inferior (2) corresponde à participante que, atualmente, já não se encontra envolvida nas dinâmicas do NPC.

Adicionalmente, apenas dois elementos referiram não se sentir parte integrante do projeto. No que respeita à valorização e aplicação das suas competências no contexto do Núcleo, todos os participantes manifestaram concordância unânime, respondendo afirmativamente.

Quanto à perceção do contributo individual para o bem-estar da comunidade, cinco elementos assinalaram uma posição neutra (nível 3), sendo dois do sexo masculino e três do sexo feminino. Não foi possível identificar uma correlação direta entre esta perceção e a antiguidade no NPC. Os restantes participantes expressaram uma avaliação positiva.

Importa destacar que, de forma geral, todos os membros referiram sentir-se à vontade para partilhar ideias, evidenciando um ambiente marcado pela confiança, respeito mútuo, entreaajuda e colaboração.

No que diz respeito à organização e produtividade das reuniões e ações de formação, apenas duas participantes manifestaram opiniões divergentes. É ainda

de salientar que 75% dos elementos indicaram ter oportunidades para desenvolver novas competências no seio do Núcleo.

Relativamente ao número de sessões frequentadas até à data, as respostas revelaram uma maior heterogeneidade, conforme ilustrado na Figura 24. Destaca-se que o número de elementos do sexo masculino com mais de 11 sessões frequentadas é superior ao do sexo feminino.

17. Participou em quantas sessões do projeto?

12 respostas

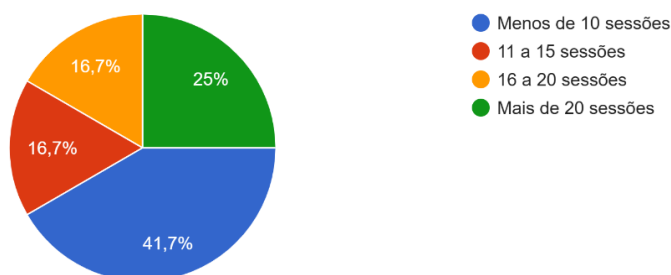


Figura 24 - Número de sessões frequentadas

Os participantes confirmaram, por sua vez, a utilidade dos conteúdos abordados nas sessões, reconhecendo o seu impacto tanto no desenvolvimento pessoal como no contributo para a comunidade. A dinâmica das atividades e as metodologias participativas foram avaliadas positivamente. A maioria dos inquiridos (10 votos) sugeriu a inclusão de simulações práticas e exercícios nas próximas sessões, o que indica que o exercício prático anual não tem sido suficiente para satisfazer plenamente as expectativas dos membros do NPC, que demonstram preferência por uma maior frequência de atividades simuladas.

Adicionalmente, quatro participantes recomendaram a realização de campanhas de sensibilização pública. De forma geral, os inquiridos reconhecem que o projeto tem contribuído para o reforço da literacia de risco e para uma melhor preparação face a situações de emergência. Manifestaram ainda disponibilidade para recomendar a participação no projeto a outras pessoas, o que constitui um indicador positivo de validação da iniciativa.

No que respeita à identificação dos pontos fortes do projeto pelos participantes (Figura 25), as respostas revelaram alguma dispersão. Ainda assim, destacou-se o espírito de equipa e a cooperação como principal referência, com 8

votos, seguido, em igualdade, pela qualidade dos formadores/facilitadores e pelo envolvimento da comunidade, ambos com 6 votos."

É interessante observar que, embora o projeto se baseie na metodologia participativa, os participantes não o reconhecem como tal, o que pode ser interpretado como um contrassenso, sobretudo considerando que indicam haver envolvimento da comunidade.

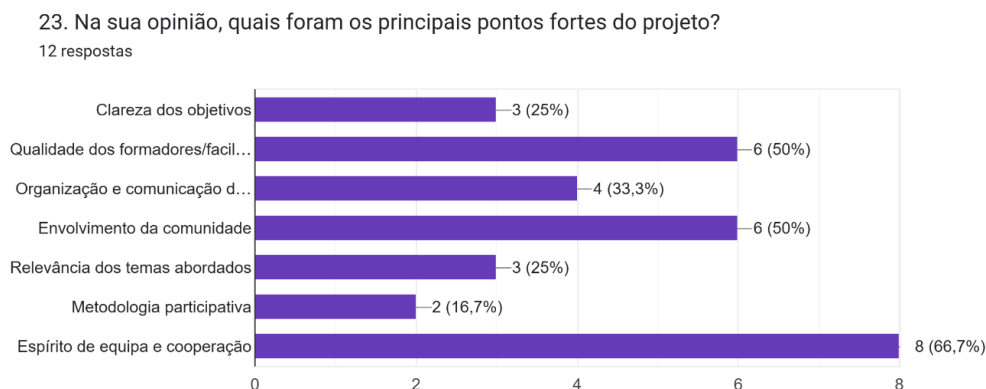


Figura 25 - Identificação dos pontos fortes do projeto

Relativamente aos aspetos a melhorar (Figura 26), foram identificados três pontos principais. O mais votado foi o aumento da frequência das atividades, com seis votos, destacando-se que quatro dos participantes que selecionaram esta opção integram o Núcleo há mais de cinco anos e apresentam uma participação assídua.

Seguiu-se a necessidade de reforçar a divulgação e a comunicação, com cinco votos, sendo esta sugestão maioritariamente apontada por elementos com menos de três anos de integração no NPC.

Também com cinco votos surgiu a proposta de promover uma maior diversidade de participantes. Esta opção foi escolhida por quatro membros com mais de cinco anos de permanência no Núcleo, o que evidencia uma vontade expressa de renovação e de integração de novos elementos no projeto.

24. Quais os principais aspetos que considera que podem ser melhorados?

12 respostas

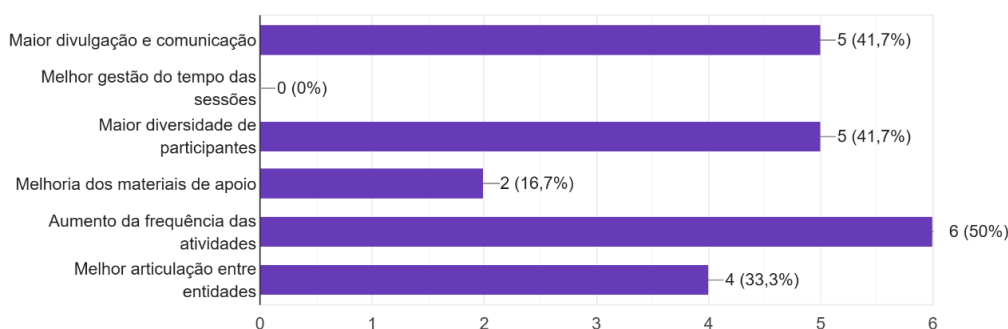


Figura 26 - Aspetos que podem ser melhorados

Quando questionados sobre o motivo que os leva a continuar a colaborar com o NPC, 75% dos inquiridos destacaram a sua vontade de contribuir para uma comunidade mais resiliente, ou seja, já existia uma motivação dos envolvidos para abraçar um projeto desta génese, não sendo um dos pontos trabalhados pelo SMPCF. Os restantes 25% salientaram o espírito de entreatajuda entre os intervenientes.

Por fim, e em jeito de conclusão, foi colocada uma questão com o objetivo de aferir se os participantes mantêm interesse em continuar envolvidos nas atividades do projeto ou em futuras iniciativas no âmbito da proteção civil. Verificou-se apenas uma resposta negativa, mas a justificação contradiz a resposta. Assim, é possível afirmar que todos os elementos que responderam ao inquérito demonstram interesse em continuar a colaborar com as iniciativas da proteção civil.

As respostas obtidas (Anexo 11) permitem confirmar que o projeto apresenta uma estrutura sólida, embora careça de alguns ajustes para preservar a dinâmica essencial à sua continuidade, com especial atenção aos aspetos destacados pelos inquiridos.

CAPÍTULO 3

NÚCLEOS DE PROTEÇÃO CIVIL RESIDENTE VERSUS UNIDADES LOCAIS DE PROTEÇÃO CIVIL

Os NPC Residente, em atividade no Município do Funchal, são organizações de carácter voluntário que permitem aos cidadãos construir uma resposta coletiva na prevenção e minimização dos riscos na sua área de residência, participando, assim, de forma ativa na sociedade. Por ser um projeto de cidadania, com características específicas, adaptado e implementado exclusivamente no município do Funchal, não existe legislação exclusiva para esta designação.

Em termos hierárquicos dependem da CMF, que coordena os NPC através do SMPCF. A organização da componente voluntária segue um modelo piramidal, com o objetivo de garantir uma resposta comunitária bem organizada e de centralizar a informação numa só pessoa, evitando a repetição de dados transmitidos às entidades competentes.

Por ser um projeto de génese de cidadania participativa, cada grupo de residentes elege um elemento responsável por tomar decisões e por cumprir as diretrizes do Comandante das Operações de Socorro (COS), em situações de emergência. Este responsável ocupa o topo da hierarquia, sendo obrigatório que resida no local, e é designado como Responsável de Segurança.

Com o intuito de existir redundância, são eleitos substitutos do Responsável de Segurança, que ocupam o segundo nível da pirâmide hierárquica, assumindo a função caso o titular se veja impedido de atuar. Os restantes voluntários do grupo ocupam a base da pirâmide.

Para viabilizar as atividades do NPC, é doado um Kit à comunidade para a proteção defensiva das suas habitações, de forma a concretizar as medidas de autoproteção recomendadas pela Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil (ANEPC).

A definição dos NPC é adaptada à realidade local por meio da configuração da escala geográfica para a unidade espacial, em microescala, sem necessidade de delimitação prévia.

Tem de possuir as seguintes condições:

- Área circunscrita ao território das freguesias;
- Área predominantemente residencial com correlação espacial de proximidade geográfica e conetividade, diferenciada de outras menos similares;
- Área considerada de grau moderado a elevado de suscetibilidade à ocorrência de pelo menos um perigo natural ou misto.

Relativamente às ULPC, já estão previstas na legislação desde a entrada em vigor da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.

Para constituir uma ULPC é necessário que a Junta de Freguesia (JF) interessada submeta um pedido formal à Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, que é, nos termos da lei, a Autoridade Municipal de Proteção Civil. O pedido deve informar sobre a intenção da constituição da ULPC, tendo por base os riscos existentes na freguesia.

Mediante o parecer positivo da CMPC, é necessário apresentar diversos documentos para validar a sua constituição, nomeadamente as atas de aprovação da ULPC em reunião de JF e em assembleia de freguesia.

Posteriormente, é prática comum, elaborar o Plano Local de Emergência (PLE), o regulamento, o organograma, o modelo formativo e os equipamentos pertencentes à ULPC.

É possível afirmar que a implementação das ULPC se distingue da implementação dos NPC devido à fundamentação e aos procedimentos legais específicos. A informação discriminada na Tabela 1 auxilia na comparação entre as duas tipologias.

Tabela 1 - Comparação entre ULPC e NPC

ULPC	NPC
LEGISLAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none">• Artigo 43.º da Lei n.º 27/2006 de 03 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil), na sua republicação pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto;• Artigos 7.º e 8.º da Lei n.º 65/2007, de 12	<ul style="list-style-type: none">• Sem legislação aplicável.

novembro; • Artigo 18.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.	
ESCALA GEOGRÁFICA	
• Território das freguesias.	• Áreas estratégicas, suscetíveis ao perigo; • Áreas com relações de vizinhança; • Proximidade e conhecimento do território.
RESPONSABILIDADE	
• Presidente de Junta de Freguesia.	• Cidadão residente designado como Responsável de Segurança; • Cidadão residente designado como Delegado de Segurança.
PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO	
• Deliberação da Comissão Municipal de Proteção Civil do Funchal; • Aprovação do regulamento pela Assembleia de Freguesia.	• Aprovação do regulamento pela Assembleia de Freguesia.
ORGANOGRAMA	
<pre> graph TD A[Presidente de Junta de Freguesia] --> B[Substituto legal do Presidente] B --> C[Coordenador Local ou de Ligação] C --> D[Voluntários] C --> E[Voluntários] C --> F[Voluntários] </pre>	<pre> graph TD G[SMPC] --> H[Responsável de Segurança] H --> I[Delegado de Segurança] I --> J[Voluntários] I --> K[Voluntários] I --> L[Voluntários] </pre>
DURAÇÃO	
• Permanente.	• Permanente.

ELEMENTOS QUE CONSTITUEM OS NÚCLEOS DE PROTEÇÃO CIVIL E AS UNIDADES LOCAIS DE PROTEÇÃO CIVIL

No que concerne à sua constituição, a ULPC inclui a participação do Presidente da Junta de Freguesia, como disposto no n.º 2 do artigo 43.º da Lei n.º 27/2006 de 3 de julho, na sua atual redação. Embora o Presidente da JF não esteja formalmente integrado na estrutura do NPC, poderá assumir a função de Coordenador Operacional e/ou Responsável pelo NPC.

Para uma comparação mais aprofundada entre as duas tipologias, foram consultados alguns regulamentos em vigor de ULPC, nomeadamente:

- Regulamento n.º 1334/2023, de 19 de dezembro - Aprova o Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Moreira do Rei e Várzea Cova.
- Regulamento n.º 208/2024, de 19 de fevereiro - Aprovação do Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia do Beato.
- Regulamento n.º 412/2024, de 10 de abril - Aprova o Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Arco de Baúlhe e Vila Nune.
- Regulamento n.º 1035/2024, de 5 de setembro - Aprova o Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil de Regadas.

A Tabela 2 e Tabela 3 definem as competências gerais dos responsáveis no âmbito das ULPC e dos NPC, enquanto a Tabela 4 especifica as competências dos voluntários.

Tabela 2 - Competências do Presidente de JF na ULPC

ULPC
<ul style="list-style-type: none"> i. Zelar pelo cumprimento das atribuições da Unidade Local de Proteção Civil da respetiva Junta de Freguesia; ii. Convocar e presidir às reuniões da Unidade Local de Proteção Civil, promovendo a cooperação entre os diferentes elementos que a compõem; iii. Coordenar a elaboração do relatório anual e promover a preparação/condução e treino periódico dos respetivos intervenientes; iv. Contribuir para o cumprimento da legislação da segurança relativa a vários riscos inventariados, oficiando para o efeito aos órgãos competentes; v. Promover a execução das ações decorrentes dos acordos de cooperação estabelecidos; vi. Promover reuniões periódicas da Unidade Local de Proteção Civil; vii. Promover campanhas de sensibilização e divulgação pública sobre medidas preventivas; viii. Coordenar a elaboração do relatório anual de atividade da proteção civil local; ix. Sensibilizar, em sintonia com o Serviço Municipal de Proteção Civil, todos os agentes, públicos ou privados, com sede na freguesia, para as responsabilidades da proteção civil; x. Colaborar com o Serviço Municipal de Proteção Civil na atualização da base de dados de meios e recursos; xi. Contribuir para a formação contínua dos elementos da Unidade Local de Proteção Civil a que preside; <p>Garantir as condições de segurança e operacionalidade dos elementos da Unidade Local de Proteção Civil.</p>

Tabela 3 - Competências do Delegado no NPC

NPC
<ul style="list-style-type: none">i. Informar e cumprir as ordens emanadas pelo Posto de Comando Operacional (PCO);ii. Avaliar e monitorizar as situações de emergência, garantindo o planeamento da resposta operacional no local;iii. Participar, sempre que necessário, nas reuniões periódicas previstas;iv. Organizar a atuação dos voluntários, através da atribuição de tarefas, na iminência ou ocorrência de uma situação de emergência;v. Assegurar que os voluntários cumprem as orientações que lhes são transmitidas, não dificultando ou colocando em risco as operações de proteção e socorro em curso;vi. Colaborar na divulgação de avisos, recomendações e informações emanadas pelo SPMC;vii. Reportar ao SPMC as situações suscetíveis de colocar em perigo a segurança de pessoas ou bens, sem prejuízo de implementar medidas imediatas para garantir a sua salvaguarda;viii. Zelar pela boa utilização e manutenção dos recursos materiais, equipamentos e utensílios, postos ao dispor do NPC;ix. Atuar de forma diligente, desinteressada e solidária;x. Mobilizar a comunidade para a participação em ações de sensibilização, prevenção e mitigação dos riscos;xi. Analisar e avaliar pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças no exercício das competências e atividades desenvolvidas pelo NPC.

Tabela 4 - Competências dos Voluntários na ULPC e no NPC

COMPETÊNCIAS DOS VOLUNTÁRIOS NA ULPC E NO NPC
<ul style="list-style-type: none">i. Atuar de forma diligente, desinteressada e solidária;ii. Participar em ações de sensibilização, prevenção e mitigação dos riscos;iii. Colaborar na elaboração do Plano de Emergência Local;iv. Participar em simulacros e na realização de exercícios internos periódicos na comunidade com o intuito de aferir as ações previstas no Plano de Emergência Local;v. Apoiar o Responsável/Delegado da ULPC ou NPC nas ações de Primeira Intervenção, Evacuação e Primeiros Socorros bem como em situações de emergência;vi. Colaborar com a desobstrução de vias, remoção de destroços e a limpeza de linhas de água e de calhas de escoamento no respetivo espaço geográfico;vii. Monitorizar situações suscetíveis de causar danos humanos, materiais e/ou ambientais;viii. Orientar a comunidade, na iminência e/ou ocorrência de situações de emergência, de acordo com os avisos, recomendações e informações emanadas pelo SPMC;ix. Inventariar e atualizar o registo dos meios e dos recursos existentes na ULPC e no NPC para a atuação em situação de emergência;x. Zelar pela boa utilização e manutenção dos recursos materiais, equipamentos e utensílios, colocados ao dispor da ULPC;

De salientar, que só podem integrar a ULPC e o NPC os voluntários que frequentem as ações de formação e atividades promovidas pelo SPMC.

Consultando os organogramas disponibilizados nos seus regulamentos pela ULPC de Regadas (Figura 27), ULPC de Moreira do Rei e Várzea Cova

(Figura 28), e ULPC do Beato (Figura 29), é possível verificar que a estrutura é ajustável de acordo com as necessidades de cada ULPC.

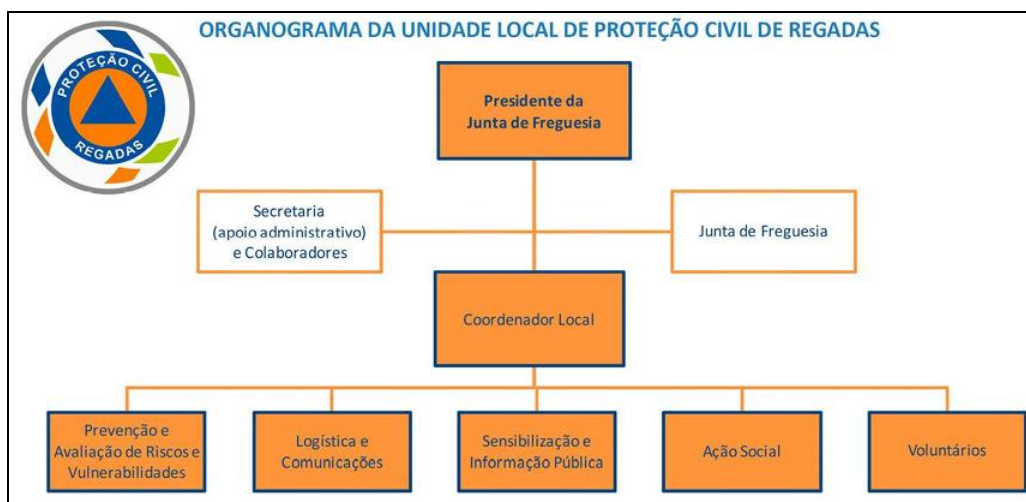


Figura 27 - ULPC de Regadas
 Fonte: Freguesia de Regadas

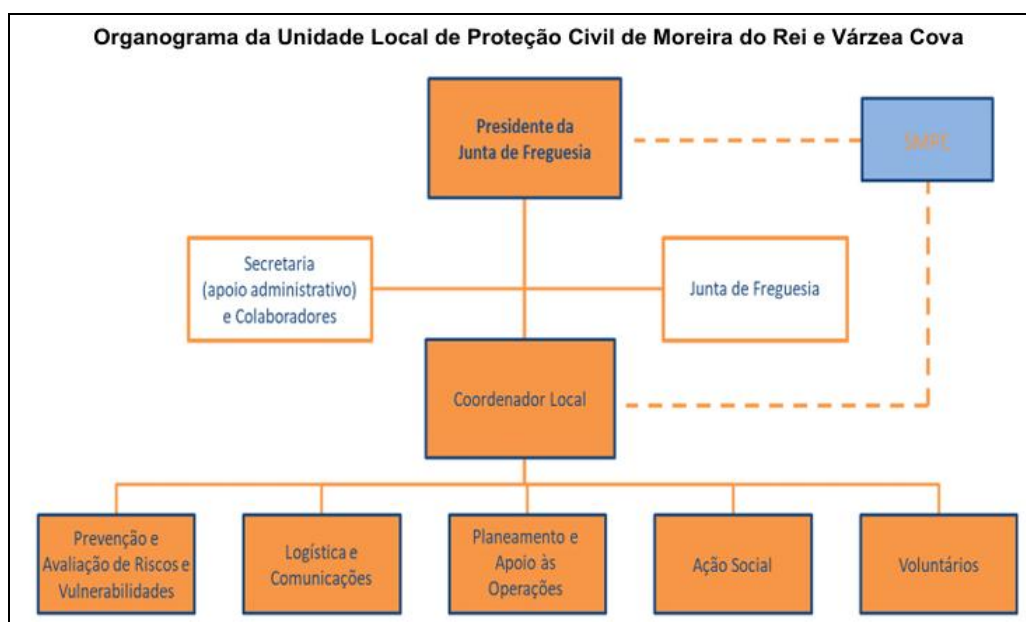


Figura 28 - ULPC de Moreira do Rei e Várzea Cova
 Fonte: União de Freguesias de Moreira do Rei e Várzea Cova

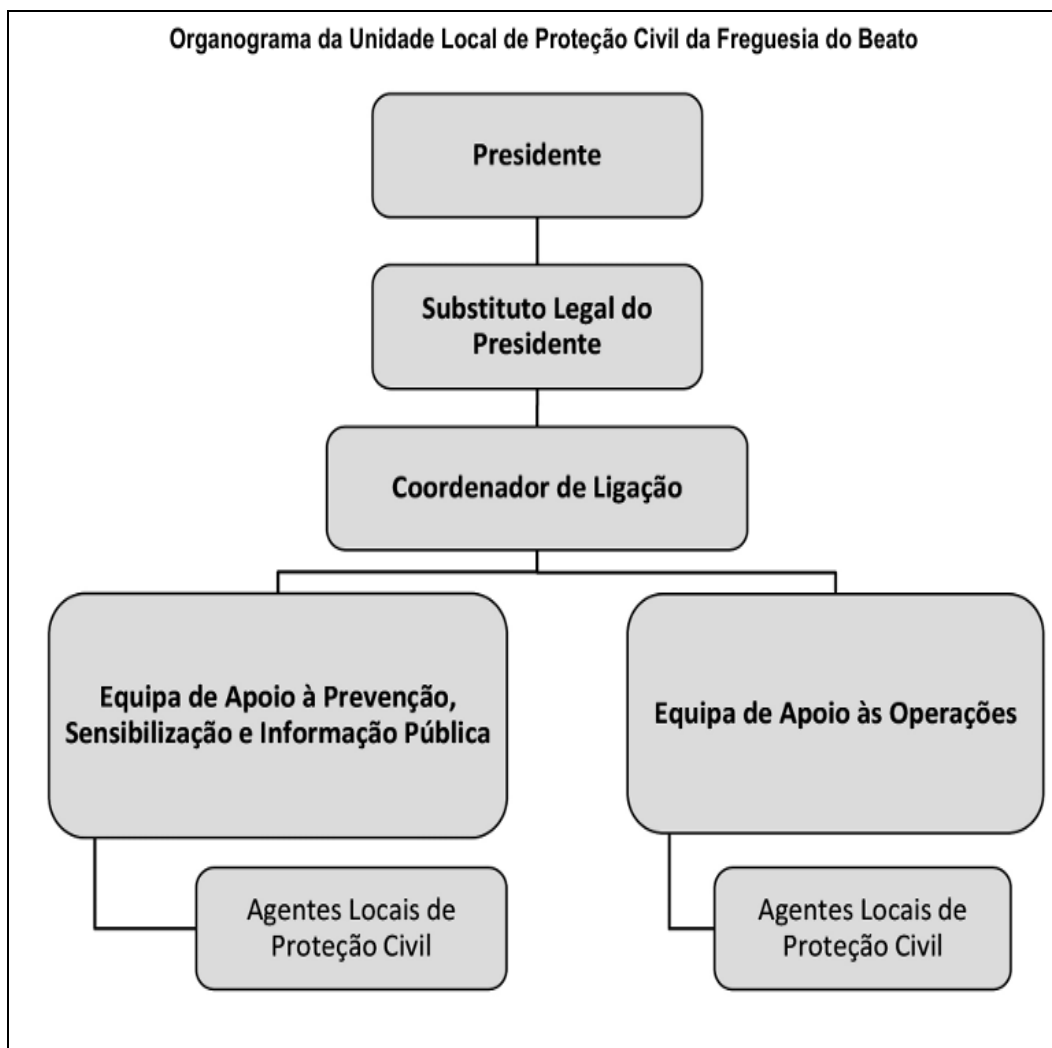


Figura 29 - ULPC do Beato
Fonte: Freguesia do Beato

MISSÃO, VISÃO E OBJETIVOS

Após a consulta dos regulamentos referidos no ponto anterior, foi possível constatar que a missão, a visão e, de um modo geral, os objetivos são transversais às ULPC e aos NPC. A Tabela 5 enumera os pontos em comum.

Tabela 5 - Missão, Visão e Objetivos

MISSÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e executar ações no âmbito da Proteção Civil ao nível local, promovendo a proteção e socorro das populações, dos bens e património da área geográfica, integrando-se nos estritos termos da lei, na estrutura municipal
VISÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Constituir uma referência na prevenção dos riscos coletivos, atenuando, protegendo,

socorrendo e apoiando as pessoas, bens e outros seres vivos em perigo.

OBJETIVOS

- i. Prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultantes;
- ii. Atenuar os riscos coletivos e limitar os efeitos no caso das ocorrências descritas na alínea anterior;
- iii. Socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos vulneráveis, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;
- iv. Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

FORMAÇÃO

A frequência de ações de formação é um ponto fulcral para que cada elemento possa desempenhar as suas funções de forma adequada. De facto, os diversos regulamentos consultados estabelecem que todos os membros das ULPC devem receber a formação prevista nos respetivos regulamentos.

A Portaria n.º 91/2017, de 2 de março, no seu anexo I, refere os conteúdos programáticos e carga horária da formação de base dos voluntários de Proteção Civil. No entanto, tendo em conta as especificidades e as tarefas atribuídas aos elementos das ULPC, é comum que sejam realizadas formações complementares, ministradas pelas JF e os SMPC, ou ainda adjudicadas a outras entidades, com o objetivo de aprimorar o nível de conhecimento e de atuação dos voluntários.

Relativamente aos NPC Residente, e considerando a experiência adquirida pelos técnicos do SMPCF, é de salientar que o programa de formação foi revisto em relação à formação inicial do NPC Residente do Curral dos Romeiros, estando já adaptado para contemplar a possibilidade de as Juntas de Freguesia do Município do Funchal constituírem ULPC. Nesse pressuposto, e de modo a otimizar os conteúdos programáticos para as duas tipologias foi criado um referencial base (Tabela 6) aplicável a qualquer situação, ressalvando que pode ser alterado de acordo com as necessidades formativas e disponibilidade dos formandos e o contexto/ dinâmica do território a intervir, considerando as especificidades locais.

Tabela 6 - Formação de base – NPC

FORMAÇÃO	SESSÕES	DD-MM-AA	DD-MM-AA
	HORÁRIO	NOTURNO	DIURNO
Formação Inicial	APRESENTAÇÃO DO PROJETO E INTRODUÇÃO À FORMAÇÃO	02h00	
	PROTEÇÃO CIVIL	01h00	
	AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL	01h00	
	AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL	01h30	
	TIPOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DO RISCO	00h50	
	LITERACIA DO RISCO	00h10	
	GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	01h00	
	GESTÃO DO STRESS	01h00	
	RISCO NATURAL: MOVIMENTO DE MASSA EM VERTENTES	01h00	
	RISCO MISTO: INCÊNDIOS FLORESTAIS	02h30	
	COMUNICAÇÃO	01h30	
	SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA	01h30	
	PRIMEIROS SOCORROS PSICOLÓGICOS	02h00	
	PRIMEIROS SOCORROS		04h00
	MEIOS DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO NO COMBATE A INCÊNDIOS		03h00
SIMULACRO		03h00	
	TOTAL	17h00	10h00
Formação de Acompanhamento	TOMADA DE DECISÃO	01h30	
	TRABALHO EM EQUIPA E LIDERANÇA	01h30	
	REGISTO <i>IN LOCO</i>	01h30	
	RISCO NATURAL: ALUVIÕES, E INUNDAÇÕES	01h30	
	RISCO NATURAL: SISMOS	01h30	
	LITERACIA DO RISCO – EXERCÍCIO	01h30	
	TOTAL	09h00	

Como é possível constatar no quadro anterior, a formação inicial tem um total de 27h00, sendo posteriormente complementada pela formação de acompanhamento, que acrescenta mais 09h00.

CAPÍTULO 4

CONSTITUIÇÃO DE UNIDADES LOCAIS DE PROTEÇÃO CIVIL NO FUNCHAL

O Município do Funchal tem uma área de 73,1 Km² e é composto por dez freguesias (Porto Editora, 2025). A Cartografia de Risco, disponível para consulta, e integrada no Plano Diretor Municipal (PDM) de 2018 (Câmara Municipal do Funchal, 2025), evidencia que a maioria das freguesias apresenta riscos naturais comuns (Figura 30) e (Anexo 12), nomeadamente:

- **Áreas ameaçadas por cheias** – risco presente nas dez freguesias;
- **Áreas ameaçadas por incêndios rurais** – risco presente em nove freguesias;
- **Áreas ameaçadas pela instabilidade e movimento de massa em vertentes** – presença de zonas de suscetibilidade moderada e elevada nas dez freguesias e de zonas de suscetibilidade muito elevada em oito freguesias.

No concelho existem outros riscos naturais, embora com uma abrangência menos generalizada, como é o caso das zonas vulneráveis ao avanço do mar. Paralelamente, verifica-se também a suscetibilidade para a ocorrência de acidentes tecnológicos, associados às atividades e tipos de indústria implementadas no município. Um exemplo é a Gaslink, S.A. classificada como “estabelecimento Seveso nível superior” e devidamente referenciada no PDM do Funchal de 2018 (Câmara Municipal do Funchal, 2018).

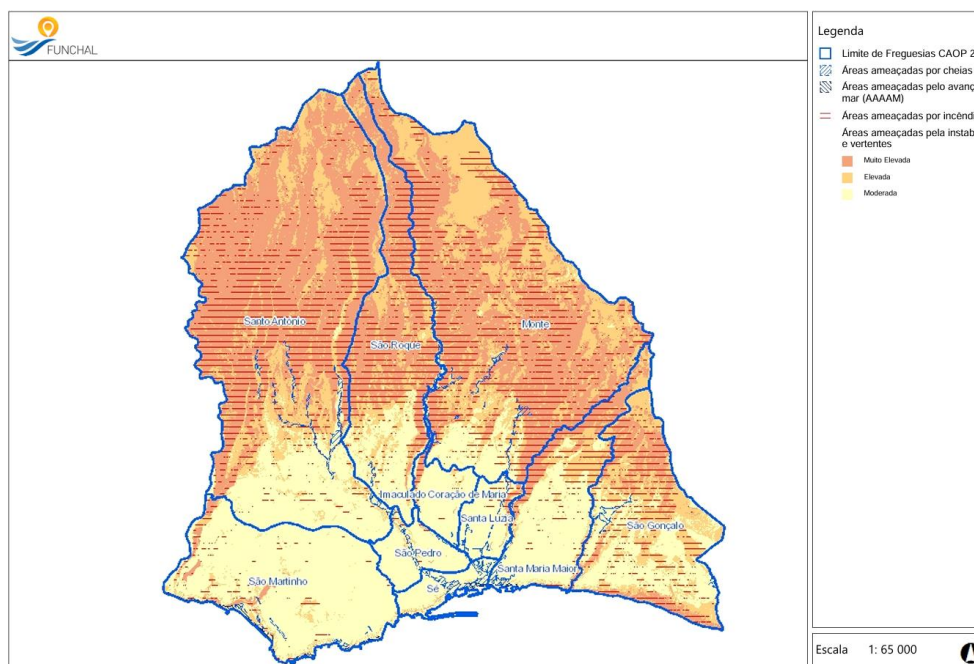


Figura 30 - Cartografia de Risco do Funchal – PDM 2018

Fonte: Município do Funchal

Os riscos anteriormente enumerados integram as diversas temáticas abordadas pelo SMPCF durante a formação dos NPC Residente. A credibilização e reconhecimento do trabalho desenvolvido nos NPC, bem como a relevância que estes poderão desempenhar em situações adversas, aliados ao facto de que as temáticas abordadas podem ser replicadas para grande parte do território das freguesias, levaram alguns decisores políticos das JF a equacionar a constituição das ULPC.

Na criação de uma ULPC deve atender-se, antes de mais, ao seu objetivo principal, que poderá assumir uma vertente preventiva – através do planeamento de ações de sensibilização, realização de colóquios, distribuição de folhetos com medidas de autoproteção, entre outras iniciativas – ou uma vertente reativa, isto é, perante a ocorrência de uma situação mais ou menos grave, a ULPC é acionada e os seus elementos intervêm no terreno sob orientação do SMPC e comando do COS, como demonstra o Cadernos Técnicos PROCIV #31. A conjugação destas duas vertentes deve constituir a essência de uma ULPC, privilegiando, contudo, a vertente preventiva, através da informação dirigida à população da freguesia sobre como evitar comportamentos de risco e adotar medidas de autoproteção em situações que possam pôr em causa a integridade

física das pessoas. A existência de uma estrutura local, próxima dos cidadãos, contribui para reforçar a relação de confiança com a proteção civil e incentivar a participação nas ações promovidas pelo SMPC.

Partindo desse pressuposto, o SMPCF elaborou uma proposta de regulamento para aplicação nas futuras ULPC a constituir no município. O documento foi analisado pela CMPC e, posteriormente, aprovado para utilização.

A JF do Imaculado Coração de Maria foi a primeira a formalizar esse objetivo, tendo solicitado, em maio de 2024, um parecer à CMPC do Funchal para a constituição da respetiva ULPC. Posteriormente, em abril de 2025, o regulamento para a sua criação foi aprovado em reunião da Assembleia de Freguesia (Figura 31).



Figura 31 - Notícia sobre o Regulamento da ULPC
Fonte: JF Imaculado Coração De Maria

Já foram realizadas as seguintes etapas formais para constituição da ULPC:

1. Identificação da necessidade (com base nos riscos existentes na freguesia);
2. Solicitação de parecer à CMPC;
3. Aprovação da ULPC do Imaculado Coração de Maria (ICM) pela CMPC;

4. Aprovação em Assembleia de Freguesia do Regulamento elaborado pelo SMPCF;
5. Nomeação do Coordenador da ULPC;
6. Publicação e início da implementação.

A JF criou uma Bolsa de Voluntariado, promovendo diversos projetos nos quais cada cidadão pode ter uma participação ativa, estando incluindo nesse projeto os voluntários para a área da Proteção Civil, nomeadamente os futuros integrantes da ULPC (Figura 32).



Figura 32 - Angariação de Voluntários
Fonte: JF Imaculado Coração De Maria

“PROTEÇÃO CIVIL - Unidade Local

Os voluntários desta Unidade serão agentes ativos na prevenção e mitigação de situações de risco no seu sítio e, se em número suficiente e dotados de meios de comunicação adequados, poderão reportar as necessidades de intervenção urgente ou, em alguns casos, ajudar a resolver a situação com recurso a gestos simples, eventualmente coordenando a ajuda popular.” (JF ICM, 2025)

FREGUESIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA

A Freguesia do Imaculado Coração de Maria tem uma área de 1,35 Km², com uma população residente de 5627 habitantes e uma densidade populacional de 4137,5 habitantes por km², ocupando a segunda posição entre as freguesias com maior densidade populacional da ilha da Madeira, segundo os censos de 2021 (DREM, 2025).

A análise dos dados demográficos e habitacionais evidencia alguns fatores que aumentam a vulnerabilidade da freguesia perante situações de catástrofe.

Do ponto de vista populacional, destaca-se a elevada proporção de residentes com idade igual ou superior a 65 anos (25,9%), grupo particularmente exposto a riscos em cenários de evacuação, incêndios, ondas de calor ou outras ocorrências que exijam resposta preventiva rápida. Também a presença de crianças e jovens em idade dependente — 3,2% entre os 0-4 anos, 3,6% entre os 5-9 anos e 4,0% entre os 10-14 anos — representa uma faixa etária que requer acompanhamento específico em caso de emergência. A vulnerabilidade é reforçada pela existência de 2,8% da população que não sabe ler nem escrever, o que pode dificultar a compreensão de instruções de autoproteção ou sinalização em situações críticas. A caracterização socioeconómica revela ainda fragilidades relevantes: 7,1% da população encontra-se desempregada e 41,5% reformada ou em outros regimes de inatividade, fatores que podem limitar a capacidade de resposta e recuperação após uma catástrofe.

Em termos de edificado, observa-se que 71,5% das construções foram erigidas antes de 1980, período em que as normas de segurança estrutural eram menos exigentes, potenciando maior exposição a riscos sísmicos e a incêndios. A vulnerabilidade estrutural é agravada pelo facto de 43,5% dos edifícios apresentarem necessidades de reparação. Verifica-se ainda que 16,9% dos alojamentos familiares se encontram vagos, o que pode significar imóveis degradados ou abandonados, mais suscetíveis a ruína, incêndio.

Este conjunto de fatores evidencia a necessidade de privilegiar medidas de prevenção, sensibilização e preparação comunitária, garantindo que os grupos mais vulneráveis da população e o edificado mais frágil sejam devidamente considerados no planeamento e na atuação da ULPC.

RISCOS DA FREGUESIA

A consulta da cartografia de risco do Funchal (Figura 33 e Anexo 13) permite identificar as zonas que apresentam maior suscetibilidade para os seguintes riscos:

- **Cheias Rápidas:** áreas adjacentes à Rua 31 de Janeiro e à Travessa da Carne Azeda com suscetibilidade moderada a elevada;
- **Incêndios Rurais:** sítio da Penha de França, Piedade e Lages com suscetibilidade média a muito alta;
- **Movimento de Massa em Vertentes:** sítio da Penha de França com suscetibilidade moderada a alta.

Os remanescentes riscos naturais e tecnológicos não possuem expressividade significativa no território em análise, embora sejam esses que por norma contabilizam maior número de ocorrências no decorrer do ano, como é o caso de queda de galhos ou da totalidade de árvores, cursos de água obstruídos, sarjetas entupidas, queda de elementos construtivos em edificado, entre outros, originando um maior volume de trabalho na sinalização dos perigos e posterior reposição da normalidade. Com a devida implementação da ULPC, estas ocorrências poderão ser resolvidas de forma célere através da intervenção dos seus elementos.

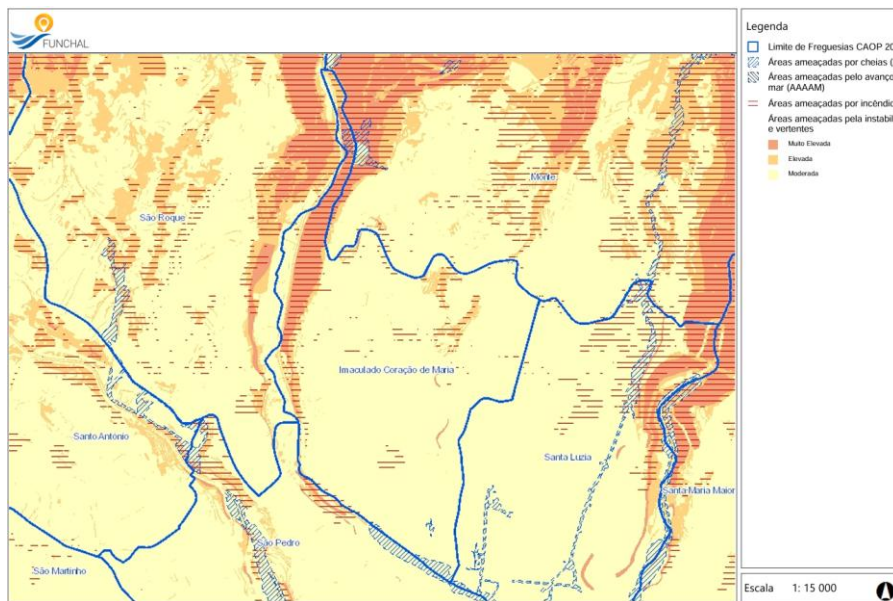


Figura 33 - Cartografia de Risco Imaculado Coração de Maria – PDM 2018
Fonte: Município do Funchal

Relativamente à acessibilidade, é de salientar que 53% da rede viária é constituída por vias exclusivamente pedonais. Este facto é indicador de que existe uma percentagem da população que está totalmente dependente de vias pedonais para aceder à sua residência, dificultando a mobilidade num cenário de emergência. Torna-se, por isso, essencial identificar, nessas áreas, a população com mobilidade reduzida ou com limitações físicas ou cognitivas que condicionem a sua capacidade de ação/atuação em caso de emergência, bem como uma análise aprofundada, com o contributo da comunidade, de modo a identificar os principais constrangimentos à circulação e manobras dos veículos de socorro, levantamento que pode ser efetuado pela ULPC, em articulação, com o SMPCF.

Apesar dos constrangimentos existentes, é de salientar que em condições normais, e segundo o mapa disponibilizado no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Funchal (PMEPCF), o tempo de resposta dos meios de socorro, nomeadamente a CBSF, é inferior a 10 minutos (Figura 34).

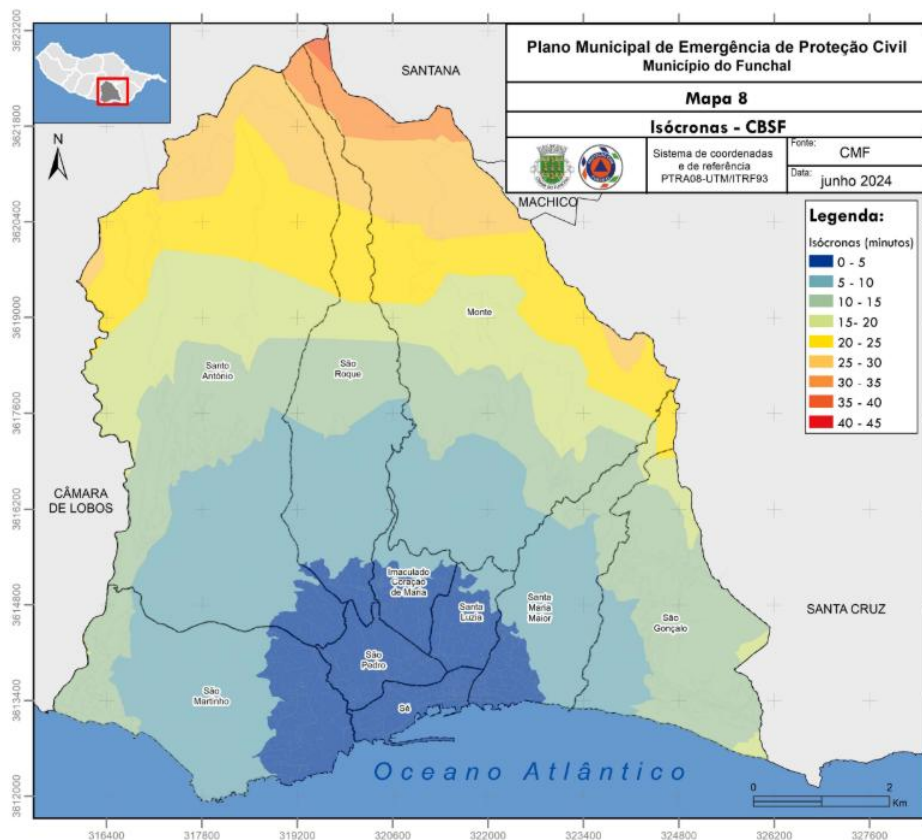


Figura 34 - Mapa Isócronas
Fonte: PMEPCF 2025

LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA

A sede da JF, que funcionará igualmente como sede da ULPC, está localizada próximo do centro da freguesia, nomeadamente, na Estrada dos Marmeleiros 18, possuindo boas condições de acessibilidade, tanto para veículos como para peões, e está referenciada como um dos Pontos de Encontro previstos no PMEPCF (Figura 35).

Situa-se a cerca de 300 metros da Igreja do Imaculado Coração de Maria, sendo também considerada um ponto de referência reconhecido pela população. Importa salientar que a Estrada dos Marmeleiros também é considerada um dos itinerários primários de evacuação definidos no PMEPCF, reforçando assim a relevância estratégica da localização da sede da ULPC.

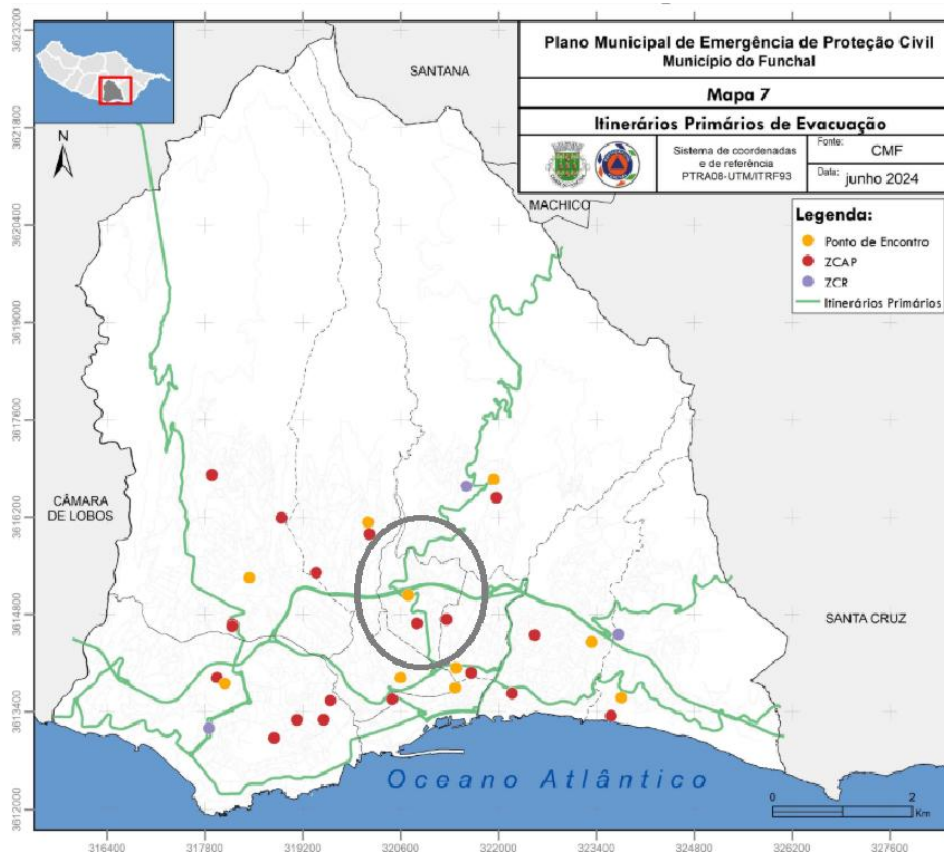


Figura 35 - Ponto de Encontro JF ICM
Fonte: PMEPCF 2025

Os pontos seguintes do capítulo 4 – Constituição de Unidades Locais de Proteção Civil no Funchal – refletem a opinião e as sugestões do autor utilizando

como base a formação ministrada nos NPC, não correspondendo, necessariamente, a práticas efetivamente implementadas na ULPC do ICM.

PLANO FORMATIVO

Após o processo de angariação, recrutamento e seleção dos voluntários a integrar a ULPC, é necessário definir e apresentar o Plano formativo aos formandos, ministrado pelo SMPCF. Nesse sentido, e considerando a experiência adquirida nos NPC do município, a proposta delineada encontra-se sintetizada na Tabela 7.

Tabela 7 - Planificação das Sessões

TEMÁTICA	OBJETIVOS GERAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Projeto e Introdução à Formação 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os objetivos e finalidades da ULPC; • Promover o auto e heteroconhecimento do grupo; • Avaliar os conhecimentos em matéria de Proteção Civil e Competências Pessoais e Sociais; • Recolher os problemas locais e sugestões de resolução na área de intervenção.
<ul style="list-style-type: none"> • Proteção Civil 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância da atuação da Proteção Civil em situações de emergência. • Conhecer os conceitos de situação de emergência, acidente grave e catástrofe; • Conhecer a orgânica, os princípios e as competências do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM (SRPC, IP-RAM) e do SMPCF; • Compreender os critérios de ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Funchal; • Conhecer as Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP); • Conhecer os procedimentos para a articulação com o SMPC Funchal.
<ul style="list-style-type: none"> • Agentes de Proteção Civil 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer o papel e os domínios de atuação dos diferentes Agentes de Proteção Civil (Bombeiros, Forças de Segurança, Forças Armadas, Autoridade Marítima, Serviço de Emergência Médica Regional, Polícia Florestal, Sanas e Cruz Vermelha); • Conhecer os procedimentos de atuação dos diferentes Agentes de Proteção Civil em situações de emergência.
<ul style="list-style-type: none"> • Tipologia e classificação do risco 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os conceitos de risco, perigo, vulnerabilidade e ameaça; • Compreender o que são riscos naturais, tecnológicos e mistos; • Classificar os diferentes tipos de risco; • Compreender a importância das medidas de autoproteção.
<ul style="list-style-type: none"> • Literacia do Risco 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os conceitos de aviso, alerta e alarme; • Conhecer o conceito e a classificação dos avisos meteorológicos.
<ul style="list-style-type: none"> • Risco Natural: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Aluviões e Inundações 	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber a diferença entre cheias rápidas (aluviões) e inundações; • Compreender a origem meteorológica e os fatores desencadeantes das cheias rápidas e inundações na Região Autónoma da Madeira (RAM);

	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os critérios de emissão dos avisos meteorológicos do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) para a RAM; • Reconhecer a importância de seguir as recomendações do SRPC, IP-RAM e do SMPC Funchal aquando da ocorrência de aluviões e inundações; • Conhecer as consequências diretas e indiretas das aluviões e inundações; • Saber como agir perante cheias rápidas ou inundações; • Conhecer e adotar as medidas de prevenção, autoproteção e socorro adequadas; • Sinalizar as áreas mais suscetíveis a cheias rápidas e inundações; • Identificar locais seguros e principais vias de escoamento; • Avaliar o evento das cheias rápidas e inundações e ser capaz de comunicá-lo aos Agentes de Proteção Civil.
<ul style="list-style-type: none"> • Risco Natural: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Movimentos de massa em vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o conceito de movimento de massa em vertentes; • Compreender a origem meteorológica, a tipologia, os fatores desencadeantes e as consequências do movimento de massa em vertentes na RAM; • Reconhecer a importância de seguir as recomendações do SRPC, IP-RAM e do SMPC Funchal aquando da ocorrência de movimento de massa em vertentes; • Saber agir perante a ocorrência de movimento de massa em vertentes; • Conhecer e adotar as medidas de prevenção, autoproteção e socorro adequadas; • Avaliar o evento do movimento de massa em vertentes e ser capaz de comunicá-lo aos Agentes de Proteção Civil.
<ul style="list-style-type: none"> • Risco Misto: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Incêndios Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a origem meteorológica e os fatores desencadeantes dos incêndios florestais na RAM; • Conhecer os critérios da classificação do risco de incêndio florestal (Índice FWI); • Conhecer os períodos críticos e as consequências diretas e indiretas dos incêndios florestais; • Reconhecer a importância de seguir as recomendações do SRPC, IP-RAM e do SMPC Funchal aquando da ocorrência de incêndios rurais; • Conhecer e adotar as medidas de prevenção e autoproteção adequadas; • Avaliar o evento de incêndio rural e saber comunicá-lo aos Agentes de Proteção Civil; • Perceber a importância da separação e remoção dos resíduos sólidos urbanos.
<ul style="list-style-type: none"> • Risco Misto: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Incêndios Urbanos (Habitacões) 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a origem, as causas e as consequências dos incêndios na habitação; • Refletir sobre os comportamentos quotidianos que influenciam o risco de incêndio na habitação; • Conhecer os equipamentos de proteção e combate contra incêndios urbanos; • Saber intervir numa situação real de incêndio e realizar a primeira intervenção; • Conhecer e adotar as medidas de prevenção, autoproteção e socorro

	<ul style="list-style-type: none"> adequadas; • Reconhecer procedimentos de evacuação; • Compreender a importância da remoção dos resíduos sólidos urbanos (monstros ou monos, resíduos verdes e resíduos orgânicos).
• Registo <i>in Loco</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar os conhecimentos teóricos adquiridos com a realidade local; • Reconhecer a importância das técnicas de observação utilizadas na avaliação de situações de emergência; • Conhecer as diferentes formas de monitorização dos riscos; • Cartografar as áreas mais suscetíveis a riscos naturais, mistos e tecnológicos; • Analisar a vulnerabilidade das áreas consoante os perigos identificados; • Cartografar a população residente com mobilidade reduzida ou acamada; • Identificar as vias de comunicação que apresentam constrangimentos à circulação e manobras das viaturas de socorro.
• Autorregulação Emocional	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a função reguladora das emoções; • Reconhecer e distinguir as emoções em si e nos outros; • Reconhecer a manifestação e efeitos das emoções no comportamento; • Compreender a importância da autorregulação emocional no dia-a-dia; • Explorar e identificar estratégias de regulação emocional para as diferentes emoções.
• Gestão do Stress	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e reconhecer os sintomas, causas e tipos de stress; • Compreender a influência e os efeitos do stress no bem-estar e na saúde do indivíduo; • Compreender a importância da gestão do stress em situações de emergência; • Desenvolver competências para prevenir o stress; • Aprender a gerir positivamente situações e momentos de stress; • Ser capaz de utilizar estratégias para a gestão do stress e da ansiedade, em si e nos outros.
• Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância da comunicação nos diferentes contextos; • Compreender a importância da linguagem não-verbal; • Identificar e diferenciar os quatro estilos de comunicação; • Reconhecer fatores que provocam falhas na comunicação interpessoal; • Compreender as vantagens da comunicação assertiva; • Identificar e aplicar técnicas do estilo assertivo; • Saber identificar aspetos chave de comunicação numa situação de emergência.
• Primeiros Socorros Psicológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer Modelos e os Princípios dos Primeiros Socorros Psicológicos; • Conhecer estratégias de relaxamento adequadas para crianças e para adultos; • Conhecer e aplicar os princípios da Estabilização Emocional (Primeiros Socorros Psicológicos); • <i>Role-play</i>.

<ul style="list-style-type: none"> • Gestão e resolução de conflitos 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender possíveis origens e a causas dos conflitos; • Reconhecer e distinguir diferentes tipos de conflitos; • Compreender os benefícios e consequências dos conflitos; • Reconhecer e desenvolver estratégias para lidar com situações de conflito; • Saber lidar com conflitos emergentes perante situações de emergência.
<ul style="list-style-type: none"> • Situações de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os contatos das entidades de socorro e os procedimentos de utilização do Número Europeu de Emergência (112); • Reconhecer a importância de saber comunicar corretamente as situações de emergência aos Agentes de Proteção Civil; • Conhecer as medidas de segurança a adotar antes, durante e após uma situação de emergência; • Compreender a importância da evacuação em situações de emergência; • Identificar as vias de evacuação em situação de emergência; • Aprender a elaborar um Plano Local de Emergência e um Plano de Emergência Familiar de acordo com os riscos existentes na comunidade; • Compreender a importância e utilidade do kit de emergência; • Saber o que é e como é constituído o kit de emergência.
<ul style="list-style-type: none"> • Meios de primeira intervenção no combate a incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> • Habilitar os formandos com conhecimentos, teóricos e práticos, que lhes permitam atuar com equipamentos de primeira intervenção perante focos de incêndios (em edifícios) e garantir a evacuação dos seus ocupantes.
<ul style="list-style-type: none"> • Primeiros Socorros 	<ul style="list-style-type: none"> • Ser capaz de identificar as situações e executar técnicas de primeiros socorros adequadas, de modo a responder eficazmente a uma situação de acidente, trauma ou doença súbita, até à chegada dos meios de socorro.
<ul style="list-style-type: none"> • Simulacro 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a capacidade de resposta da população perante uma situação de emergência; • Conhecer os procedimentos de evacuação em situação de emergência; • Conhecer os recursos e meios existentes na comunidade para intervir numa situação de emergência; • Adotar as medidas de autoproteção, socorro e recuperação adequadas ao cenário simulado; • Avaliar a capacidade de antecipação e de resposta da população perante a iminência de uma situação de emergência.

A formação a ministrar assumirá um cariz teórico-prático, recorrendo a suportes audiovisuais, exercícios, dinâmicas de grupo e promovendo a participação ativa dos formandos. O programa será orientado para a apresentação e discussão de temas específicos previamente definidos, podendo ainda integrar outros conteúdos que se revelem pertinentes face às necessidades identificadas.

RECURSOS MATERIAIS

Na fase inicial do processo de implementação, ainda que o regulamento estipule a adoção de uma conduta de carácter preventivo por parte dos membros da ULPC, considera-se fundamental a disponibilização de determinados recursos materiais elementares, imprescindíveis para assegurar tanto a segurança como a eficácia das primeiras intervenções desta unidade, nomeadamente:

- Equipamentos de proteção individual, tais como coletes refletivos, luvas e lanternas, fundamentais para garantir a segurança dos elementos da ULPC durante as pequenas intervenções, coordenadas sempre com o sistema de proteção civil;
- Kits de primeiros socorros, essenciais para uma resposta imediata em situações de emergência até à chegada dos meios de socorro especializados;
- Material de sinalização e balizagem (fitas, cones e coletes adicionais), necessário para garantir a segurança de locais de risco e orientar a população em situações de emergência.

Após um período de avaliação do funcionamento da ULPC e da identificação das necessidades concretas da freguesia, poderão ser adquiridos recursos adicionais, caso a JF e o SMPCF considerem necessário, com vista a melhorar a capacidade de resposta e o desempenho das equipas. Entre esses recursos destacam-se:

- Ferramentas manuais de apoio, nomeadamente serras, pás, enxadas, marretas e tesouras de poda, permitindo atuar em pequenas ocorrências como remoção de detritos, limpeza de sarjetas, corte de galhos ou desobstrução de caminhos;
- Sistemas de comunicação portáteis (rádios ou telemóveis dedicados), que assegurem a coordenação eficaz entre os elementos no terreno e a ligação ao SMPC;
- Unidades móveis de iluminação portátil (projetores LED e torres de iluminação), indispensáveis para intervenções noturnas ou em locais de fraca visibilidade;

- Geradores portáteis, garantindo autonomia energética em situações de falha de abastecimento;
- Armazenamento de água e kits de primeira intervenção a incêndios (extintores, mangueiras de pequeno porte, mochilas de água), para proteção defensiva do edificado;
- Abrigos e tendas de apoio, para acolhimento temporário de população afetada ou como ponto de concentração em cenários de evacuação.

A aquisição destes recursos visa não apenas reforçar a capacidade de intervenção operacional da ULPC, mas também aumentar a segurança dos seus elementos e assegurar uma resposta mais célere e eficaz às diferentes tipologias de ocorrências no território da freguesia.

PLANOS E PROTOCOLOS DE ATUAÇÃO

Futuramente, a ULPC deverá ser integrada no PMEPCF, garantindo coerência entre as orientações estratégicas municipais e a capacidade de resposta a nível local. Esta integração permitirá que a ULPC atue como primeiro nível de intervenção e de apoio às populações, em estreita ligação com o SMPC e com os agentes de proteção civil (APC). A ULPC funcionará ainda como elemento privilegiado na recolha de informação de proximidade e na transmissão de orientações para a comunidade.

Considerando que a rapidez e clareza na comunicação são determinantes em situações de emergência, deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de aviso à população, em coordenação com o SMPC. Entre os meios a utilizar destacam-se:

- Aviso porta a porta realizado pelos elementos da ULPC em áreas críticas;
- Utilização de sistemas sonoros móveis (megafones ou viaturas equipadas com altifalantes);
- Colocação de editais e avisos em locais estratégicos da freguesia (sede da Junta, igreja, escolas, centros de saúde, paragens de transportes públicos);

- Divulgação digital através das plataformas de comunicação da Junta de Freguesia (site oficial, redes sociais e listas de difusão).

Este sistema deverá ser testado regularmente e articulado com os canais oficiais do SMPC, de modo a garantir a sua eficácia.

A ULPC deverá privilegiar a realização de exercícios setoriais, idealmente um exercício anual, que constituem uma ferramenta essencial para testar, validar e melhorar os procedimentos, devidamente enquadrados no PMEPCF, assegurando a articulação com o SMPCF e contribuindo para a preparação da população e das entidades locais.

Os exercícios setoriais a desenvolver pela ULPC poderão contemplar diferentes cenários de risco, ajustados às vulnerabilidades identificadas na freguesia. Entre eles, incluem-se simulações de incêndio urbano ou florestal, que permitem treinar procedimentos de evacuação e apoio à população; situações de aluvião ou movimentos de massa em vertente, destinadas a testar a resposta perante fenómenos de precipitação extrema e ainda a ocorrência de acidentes rodoviários de maior dimensão, com o propósito de avaliar a capacidade de intervenção local até à chegada dos agentes de proteção civil. Estes cenários, adaptados ao contexto da freguesia, contribuem para preparar tanto os voluntários da ULPC como a população em geral, reforçando a capacidade de resposta comunitária.

Na tabela seguinte apresentam-se alguns possíveis cenários que poderão ser desenvolvidos no âmbito da ULPC:

Tabela 8 - Exemplos de cenários de exercício a implementar no âmbito da ULPC

CENÁRIO	OBJETIVO	PRINCIPAIS INTERVENIENTES
Queda de árvore em via pública	Verificar a capacidade de sinalização rápida, gestão de tráfego e apoio inicial.	ULPC, Bombeiros, PSP.
Incêndio urbano em escola	Testar a capacidade de evacuação e comunicação no terreno.	ULPC, Bombeiros, PSP, comunidade escolar.
Obstrução de sarjetas/cursos de água após precipitação intensa	Simular uma resposta rápida de mitigação de risco e de comunicação à população	ULPC, SMPC, população residente.

	sobre medidas de autoproteção.	
Movimento de terras com corte de via pedonal e ameaça a habitações próximas	Testar a capacidade de aviso, evacuação, apoio a população vulnerável e comunicação no terreno.	ULPC, SMPC, Bombeiros, PSP, Instituto de Segurança Social da Madeira - IP-RAM, população residente.

No final de cada exercício deverá ser realizado um briefing conjunto, com o objetivo de identificar os pontos fortes e as boas práticas a manter, os pontos fracos e limitações observadas, bem como, em especial, as ações corretivas a implementar.

A sensibilização da população constitui uma das principais vertentes da ULPC, com enfoque na prevenção e autoproteção. Para tal, serão sugere-se a dinamização das seguintes iniciativas:

- Campanhas informativas periódicas, com recurso a folhetos, cartazes e meios digitais, validados pelo SMPCF;
- Sessões de esclarecimento e colóquios temáticos, em parceria com o SMPC e outros APC;
- Exercícios de evacuação e simulacros, realizados em edifícios estratégicos;
- Workshops práticos sobre primeiros socorros, combate a pequenos incêndios e medidas de autoproteção em diferentes cenários de risco.

Os recursos a mobilizar para estas atividades devem incluir material gráfico, equipamentos audiovisuais, kits de demonstração prática, bem como a colaboração de técnicos especializados do SMPC, ou de outras entidades que o SMPC considere pertinente.

O funcionamento eficaz da ULPC depende do envolvimento da comunidade e da boa relação com o SMPC. Para tal, devem ser promovidas ações específicas de incentivo ao voluntariado, nomeadamente:

- Campanhas de recrutamento periódicas, divulgadas em plataformas digitais, imprensa local e eventos comunitários;
- Reconhecimento público dos voluntários através de certificados de participação, menções honrosas ou integração em eventos oficiais;

- Ações de formação contínua, que reforcem as competências e a motivação dos voluntários;
- Promoção de espírito comunitário, valorizando o papel dos cidadãos na construção de uma freguesia mais resiliente.

ATUAÇÃO DA UNIDADE LOCAL DE PROTEÇÃO CIVIL EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

1. Detecção / Ocorrência do Evento

- A emergência é identificada por cidadãos, voluntários da ULPC ou entidades externas;
- Comunicação imediata ao 112;
- Dependendo do tipo de ocorrência, comunicação ao delegado da ULPC para articulação com o SMPC.

2. Ativação da ULPC

- O **Coordenador da ULPC** avalia a situação inicial;
- Contacto imediato com o **SMPCF**, transmitindo informação preliminar;
- Se validado pelo SMPC, procede-se à mobilização dos elementos da ULPC.

3. Avaliação Inicial no Terreno

- Equipa de reconhecimento avalia a gravidade, extensão e necessidades;
- Informação transmitida em tempo real ao **Coordenador da ULPC** e ao **SMPC**.

4. Aviso à População (se aplicável)

- Verificação, em articulação com o SMPC, da necessidade de divulgação da informação à população;
- Acionamento dos procedimentos definidos:
 - Aviso porta a porta em áreas críticas;
 - Meios sonoros móveis (megafones/viaturas);
 - Publicação em plataformas digitais e locais estratégicos.

5. Ações Imediatas da ULPC

- Sinalização e balizagem de locais de risco;
- Apoio à evacuação de população vulnerável;
- Identificação e comunicação de pessoas acamadas a serem retiradas com meios adequados;
- Primeiros socorros básicos até chegada de meios especializados;
- Pequenas ações de mitigação (remoção de galhos, limpeza de sarjetas, corte de acessos perigosos).

6. Articulação com Entidades Externas

- Segundo as orientações definidas pelo COS ou SMPC;
- Articulação com o elemento da Junta de Freguesia no Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM) em caso de convocatória;
- ULPC apoia logisticamente e transmite informação de proximidade.

7. Encerramento da Ocorrência

- Após resolução, ULPC auxilia na reposição da normalidade (limpeza, apoio logístico à população, atualização de registos).

8. Avaliação Pós-Ocorrência

- Identificação de boas práticas e pontos de melhoria;
- Informação transmitida ao SMPC e discutida com os voluntários.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES

A relevância de uma proteção civil ativa, preventiva e próxima dos cidadãos é cada vez mais evidente numa sociedade moderna. As ULPC podem e devem assumir-se como instrumentos de proteção civil junto das comunidades, constituídas por munícipes conhecedores do território e motivados para apoiar e proteger familiares, amigos, vizinhos ou desconhecidos, bem como o ambiente e o património.

Importa salientar que, no âmbito da proteção civil, as atribuições das Juntas de Freguesia devem observar o quadro legal aplicável: as Juntas têm o dever de colaborar com o SMPC, no exercício das respetivas atribuições e competências, próprias ou delegadas. Essa colaboração concretiza-se, designadamente, na promoção de ações de prevenção, avaliação de riscos e vulnerabilidades, de sensibilização e informação pública, bem como no apoio à gestão de ocorrências, em conformidade com o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e com os Planos Municipais Especiais de Emergência de Proteção Civil em vigor. Por conseguinte, toda a atuação das Juntas de Freguesia nesta matéria deve estar articulada e coordenada com o patamar municipal, assegurando sinergias operacionais e o estrito cumprimento das obrigações legais.

A análise comparativa entre as ULPC e os NPC evidencia que a principal diferença entre ambos reside na sua base legal. As ULPC encontram-se regulamentadas por normativos específicos, o que lhes confere uma legitimidade formal, enquanto os NPC são um projeto de iniciativa local, o que pode limitar a sua implementação uniforme no território.

Outro aspeto relevante prende-se com a forma de funcionamento destas estruturas. As ULPC, consoante a visão do município e da junta de freguesia, podem ser encaradas como uma extensão do SMPC, operando com funcionários afetos à Junta de Freguesia, ou, em alternativa, como um complemento baseado na mobilização de voluntários residentes, existindo um vazio legal relativamente a

este aspeto. Esta dualidade de abordagem influencia diretamente a eficácia da resposta local e o grau de envolvimento da comunidade.

As ULPC enfrentam ainda o desafio de atuarem de forma uniforme em todo o território da freguesia, o que nem sempre é compatível com as especificidades e vulnerabilidades de cada local. Acresce que estão fortemente dependentes da liderança política exercida pelo presidente da junta de freguesia, o que pode condicionar a sua continuidade e grau de prioridade em função dos ciclos autárquicos. Por outro lado, os NPC assentam numa lógica mais comunitária e participativa, sendo o seu sucesso altamente condicionado pela motivação e envolvimento da população. A ausência de uma estrutura formal pode, contudo, dificultar a sua sustentabilidade a médio e longo prazo.

Em ambos os modelos, ULPC e NPC, é imperativo investir na formação e capacitação da população, não apenas ao nível técnico, mas sobretudo na consciencialização sobre riscos reais. A literacia do risco continua a ser uma lacuna relevante, e apenas com uma cidadania ativa, informada e sensibilizada será possível consolidar uma cultura de segurança e resiliência local.

Os resultados do questionário efetuado, confirmam que o projeto foi bem aceite e apresenta uma estrutura sólida, embora exija ajustes para garantir a sua continuidade. Destacam-se como pontos fortes o espírito de equipa e a cooperação, enquanto as principais melhorias sugeridas incluem maior frequência de atividades, reforço da comunicação e diversificação dos participantes, sendo este aspeto mais fácil de atingir através das ULPC devido à abrangência de uma maior área territorial. A motivação elevada e a disponibilidade para continuar envolvidos evidenciam o potencial do projeto para consolidar a resiliência comunitária.

Assim, importa refletir sobre a necessidade de criar um modelo híbrido que una a estrutura legal das ULPC com a lógica participativa dos NPC, potenciando o melhor de ambos. Este modelo deverá assegurar estabilidade institucional, mas também flexibilidade operacional, reforçando a corresponsabilidade entre entidades públicas e cidadãos na gestão de riscos.

Apesar de não ser referido anteriormente, existiu outro indicador pertinente que foi possível aferir através do estudo de caso, designadamente que as

crianças que frequentavam o NPC residente eram as mesmas que, cinco anos depois, integraram a outra parte do projeto NPC, nomeadamente o NPC Jovem da Escola Ribeiro Domingos Dias. Este acompanhamento contínuo permitiu aos elementos do SMPCF validar que os ensinamentos transmitidos na infância se mantinham consolidados ao longo do tempo, demonstrando a eficácia da educação para a proteção civil desde idades precoces.

É de ressaltar que o projeto NPC Residente é bastante eficaz quando direcionado à microescala, permitindo aos elementos do SMPC efetuar um trabalho mais minucioso na caracterização da população e dos riscos associados.

No entanto, por serem implementados em localizações com pouca população, nem sempre é possível reunir quórum suficiente para as sensibilizações, formações e exercícios, sendo também difícil criar redundâncias nas tarefas dos elementos do NPC em caso de ausência de algum participante. O facto de estar sobre a alçada do SMPC obriga a uma atenção redobrada por parte dos responsáveis para garantir o acompanhamento adequado de todos os NPC. A criação de novos núcleos sem o reforço proporcional de recursos humanos, alocados ao projeto por parte do SMPC, poderá comprometer o acompanhamento dos NPC já existentes e gerar sobrecarga para os elementos envolvidos.

Por sua vez, a criação das ULPC, previstas na legislação, responsabiliza e valoriza as juntas de freguesia em matéria de proteção civil. A sua abrangência permite, teoricamente, um universo de recrutamento de voluntários maior, facilitando a formação de elementos para as diversas valências necessárias. O facto de estar na alçada da JF poderá originar um maior sentimento de proximidade por parte dos voluntários intervenientes e os órgãos representativos da freguesia.

A intenção do SMPCF é dar a mesma formação base às diversas ULPC que podem ser formadas no município, sempre com as devidas adaptações necessárias relativamente aos riscos existentes nas freguesias, e tendo em consideração as especificações dos voluntários. Esta abordagem permite ao SMPC monitorizar o nível de preparação de cada ULPC, promovendo sinergias e potenciando a eficácia global da resposta local.

É, portanto, deveras importante sensibilizar e formar os voluntários sobre as temáticas da proteção civil, de forma a criar uma sociedade mais preparada e resiliente, capaz de responder de forma coordenada e eficaz a situações de risco.

Entre os desenvolvimentos futuros propostos, sugere-se a consolidação de uma rede de voluntários localmente mobilizados, devidamente formados e sensibilizados, conforme o programa mencionado anteriormente.

Prevê-se, ainda, a realização periódica de exercícios setoriais, que permitam testar procedimentos, avaliar capacidades e ajustar protocolos de intervenção. A experiência acumulada nestes exercícios permitirá identificar lacunas, implementar ações corretivas e promover a melhoria contínua da preparação e coordenação da ULPC.

Outro desenvolvimento essencial reside na aquisição progressiva de recursos materiais e tecnológicos adequados, incluindo equipamentos de proteção individual, kits de primeiros socorros, sistemas de comunicação portáteis e ferramentas de apoio a pequenas intervenções no terreno. A dotação destes recursos visa garantir a segurança dos voluntários e a eficácia das operações, criando condições para que a ULPC possa apoiar os APC sempre que for solicitado, e efetuar alguns trabalhos preventivos na mitigação dos riscos de acordo com as diretivas da JF.

A médio e longo prazo, torna-se essencial promover a integração das ULPC em projetos educativos e comunitários, que desenvolvam uma cultura de segurança baseada em comportamentos de prevenção e autoproteção, em estreita articulação com o SMPCF. Esta estratégia deverá envolver escolas, associações e demais instituições locais, com o objetivo de sensibilizar e preparar a população para a gestão de riscos.

Nesse âmbito, recomenda-se a criação de Clubes de Proteção Civil Jovens, junto das escolas das freguesias do Funchal. De acordo com as orientações do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, os Clubes de Proteção Civil visam informar a população escolar sobre os riscos coletivos, envolvendo a comunidade na construção de uma cultura de segurança, educando para a prevenção e minimização dos riscos, como cidadãos ativos e participantes ((Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores).

Estudos realizados em Portugal, como o desenvolvido em Santo Tirso (Braga, 2023), demonstram que os clubes de proteção civil constituem uma mais-valia na sensibilização dos alunos, tornando-os o primeiro agente de proteção civil e contribuindo para uma sociedade mais resiliente. Como destacado na literatura especializada (Serviço Municipal de Proteção Civil de Marco de Canaveses, 2024), as atividades de educação para a prevenção do risco tendem a repercutir práticas e conceitos nos espaços comunitários através da ação multiplicadora de crianças e jovens, alcançando resultados consequentes nas famílias e na sociedade.

Paralelamente, propõe-se a implementação de Clubes de Proteção Civil Seniores, mediante protocolos com Universidades Seniores e polos comunitários existentes no Município do Funchal, com o intuito de promover o voluntariado entre seniores e desenvolver atividades de solidariedade social, o que contribui para um envelhecimento ativo. Importa destacar que clubes com esta finalidade já se encontram implementados noutras regiões do país, nomeadamente em Aljustrel (Alentejo Atual, 2022).

A implementação de programas de educação continuada e de campanhas de literacia do risco permitirá consolidar uma verdadeira cultura de segurança, prevenindo comportamentos de risco e reforçando a capacidade de autoproteção da comunidade. Estas ações de formação devem ser estruturadas tendo por base o Referencial de Educação para o Risco (Saúde et al., 2015), documento orientador que estabelece a ponte necessária entre a comunidade e a escola, com uma abordagem técnico-pedagógica desde a Educação Pré-Escolar até aos Ensinos Básico e Secundário.

Para além da divulgação do kit de emergência familiar, prevista na formação promovida pelo SMPCF, importa adotar medidas concretas que assegurem que todos os membros das ULPC disponham do seu kit devidamente constituído e implementado nas respetivas residências (Anexo 14). A sua elaboração poderá integrar artigos de merchandising disponibilizados pelas próprias ULPC, pelas Juntas de Freguesia, ou outras entidades, reforçando a identidade institucional e a adesão comunitária (Figura 36).



Figura 36 - Exemplo de Merchandising
Fonte: Proteção Civil Espinho

Por fim, a consolidação de uma estrutura híbrida, que combine a formalidade legal das ULPC com a participação ativa da população, como verificado nos NPC, permitirá criar um modelo sustentável e adaptável às necessidades do concelho. Este modelo fomentará a corresponsabilidade entre as entidades públicas e os cidadãos, garantindo que a proteção civil não é apenas uma competência institucional, mas um compromisso coletivo que reforça a resiliência e a segurança de toda a comunidade.

BIBLIOGRAFIA

- Alentejo Atual. (29 de Abril de 2022). *Clube de Proteção Civil Sénior de Aljustrel aposta na prevenção e sensibilização da população*. Obtido em Novembro de 2025, de www.oatual.pt: <https://www.oatual.pt/noticias/clube-de-protecao-civil-senior-de-aljustrel-aposta-na-prevencao-e-sensibilizacao-da-populacao>
- ANEPC. (2023). *CADERNOS TÉCNICOS PROCIV #31 - MANUAL DE PROTEÇÃO CIVIL PARA AUTARCAS DE FREGUESIA*. Carnaxide, Lisboa, Portugal: Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. <https://doi.org/978-989-8343-28-4>
- Braga, J. M. (2023). O Papel dos Clubes de Proteção Civil no Município de Santo Tirso. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/48060>
- Câmara Municipal do Funchal. (Março de 2018). Plano Director Municipal. *Volume III – Relatório Ambiental | Versão Final*, pp. 104-113. Obtido de https://revisaopdm.funchal.pt/images/PDF_SITE/versao_final/Rel_ambientaI_mar2018_vf.pdf
- Câmara Municipal do Funchal. (31 de Julho de 2025). *Geofunchal*. Obtido de https://sig.cm-funchal.pt/MuniSIG/Html5Viewer/index.html?configBase=https://sig.cm-funchal.pt/MuniSIG/REST/sites/Plano_Diretor_Municipal/viewers/Gesto_Urbastica1/virtualdirectory/Resources/Config/Default
- Câmara Municipal do Funchal. (Março de 2025). Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Funchal. *PMEPCF 2025, 2.ª Revisão - Acesso Público*, pp. 193-194. Obtido em Junho de 2025, de https://www.funchal.pt/wp-content/uploads/2025/03/PMEPCF_2025_Acesso_Publico.pdf
- Decreto Legislativo Regional n.º 31/2009/M, de 30 de dezembro. (2013). *alterado pelo DLR n.º 10/2013/M, de 5 de março, que estabelece as regras a que se encontra sujeita a prática de atos de desfibrilhação automática externa por não médicos, bem como a instalação e utilização de desfibriladores*

- automáticos externos*. Diário da República. Obtido em Janeiro de 2025, de <https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/modificacoes/31-2009-482142>
- Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril. (2019). *Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil*. Diário da República. Obtido em 10 de dezembro de 2024, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/44-2019-121748966>
- DREM. (1 de agosto de 2025). *Direção Regional de Estatística da Madeira*. Obtido de <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/social/popcondsoc-pt/popcondsoc-censos-pt/popcondsoc-censos-quadros-pt/category/149-censos-quadros.html>
- Edital n.º 46/2025, de 9 de janeiro - Aprova o Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Abadim. (2025). Freguesia de Abadim. Diário da República. Obtido em 3 de 2025, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/edital/46-2025-902793558>
- Escola Nacional de Bombeiros. (2025). *KIT de Emergência para situações de catástrofe*. Obtido em 11 de 2025, de https://www.enb.pt/admin/docs/repositorio/Cartaz_ENB_KIT_1.pdf
- Figueira, R., Peixoto, A., Pestana, J., & Quintal, S. (2022). Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction. A civil protection of proximity: Making a resilient community. Obtido em 01 de 2025, de <https://www.preventionweb.net/quick/71737>
- Fragoso, M., Trigo, R. M., Pinto, J. G., Lopes, S., Lopes, A., Ulbrich, S., & Magro, C. (03 de 2012). Natural Hazards & Earth System Sciences. The 20 February 2010 Madeira flash-floods: synoptic analysis and extreme rainfall assessment, 12, pp. 715 - 730. <https://doi.org/10.5194/nhess-12-715-2012>
- Franco, M. H. (2015). *A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática*. São Paulo: Summus Editorial. [https://doi.org/ISBN 978-85-323-1000-2](https://doi.org/ISBN%20978-85-323-1000-2)
- Franco, M., Beja, M., & Sousa, F. (2015). *Nota técnica E2 – Avaliação dos condicionalismos sociais na prevenção do risco de aluviões e proposta de recomendações: Relatório de análise do inquérito. Estudo de Avaliação do Risco de Aluviões na Ilha da Madeira - Fase 2*.

- GEO API PT. (09 de Agosto de 2025). *geoapi.pt*. Obtido de <https://geoapi.pt/municipio/funchal/freguesia/imaculado%20cora%C3%A7%C3%A3o%20de%20maria?mapa=3>
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2012). Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Autónoma da Madeira. (I. Instituto Nacional de Estatística, Ed.) *XV Recenseamento geral da população. V Recenseamento geral da habitação*. <https://doi.org/> ISBN 978-989-25-0180-2
- James, G., Sithole, B., Burton, D., & Russel-Smith, J. (2021). *Developing Effective Emergency Management Partnerships in Remote North Australian Communities - Annual report 2019-2020*. <https://doi.org/20.500.12592/gr5gvr>
- JF ICM. (14 de Agosto de 2025). *Bolsa voluntariado*. Obtido de <https://www.jfimaculado.pt/autarquia/3-bolsa-de-voluntariado/0>
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, na sua atual redação. (2013). Diário da República. Obtido em 02 de 2025, de <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2013-56366098>
- Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto. (2015). *Segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil*. Diário da República. Obtido em 10 de 12 de 2024, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/80-2015-69927759>
- Lucena, R. (2005). *Manual de Formação de NUDEC's*. Obtido de https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/manual_nudec.pdf
- Portaria n.º 91/2017, de 2 de março - Define o âmbito, o modo de reconhecimento e as formas de cooperação em atividades de proteção civil das organizações de voluntariado de proteção civil. (s.d.). Administração Interna. Diário da República. Obtido em 12 de 2024, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/91-2017-106542303>
- Porto Editora. (1 de Agosto de 2025). *Funchal na Infopédia*. Obtido de Infopédia: [https://www.infopedia.pt/artigos/\\$funchal](https://www.infopedia.pt/artigos/$funchal)

- Portugal Participa. (s.d.). Guia de Disseminação - Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil. Obtido de https://sufato.weebly.com/uploads/7/0/6/1/70619115/3._n%C3%BAcleos_defesa_civil.pdf
- PortugalParticipa Rede de Autarquias Participativas. (31 de março de 2025). Obtido de <https://participaportugal.pt/pt/premio-de-boas-praticas-de-participacao>
- Regulamento n.º 1035/2024, de 5 de setembro - Aprova o Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil de Regadas. (2024). Freguesia de Regadas. Diário da República. Obtido em 03 de 2025, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/regulamento/1035-2024-886920181>
- Regulamento n.º 1334/2023, de 19 de dezembro - Aprova o Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Moreira do Rei e Várzea Cova. (2023). União de Freguesias de Moreira do Rei e Várzea Cova. Diário da República. Obtido em 3 de 2025, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/regulamento/1334-2023-797150559>
- Regulamento n.º 208/2024, de 19 de fevereiro - Aprovação do Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia do Beato. (2024). Freguesia do Beato. Diário da República. Obtido em 03 de 2025, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/regulamento/208-2024-852993768>
- Regulamento n.º 412/2024, de 10 de abril - Aprova o Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Arco de Baúlhe e Vila Nune. (2024). União das Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune. Diário da República. Obtido em 3 de 2025, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/regulamento/412-2024-859924356>
- Saúde, A., Costa, E., Fernandes, J. J., Esteves, M. J., Amaral, M. L., Almeida, P., & André, T. L. (2015). *Referencial de Educação para o Risco - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e Ensino Secundário*. Ministério da Educação e Ciência. Obtido em 11 de 2025, de https://prociv.gov.pt/media/fkxbh2un/referencial_educacao_risco-2015.pdf

Serviço Municipal de Proteção Civil de Marco de Canaveses. (Março de 2024). Um Marco na Prevenção | Caderno 3 - Proteção Civil e Educação. Obtido de <https://info.dgeec.medu.pt/um-marco-na-prevencao-3/>

Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. (s.d.). Clubes de Proteção Civil. Açores, Portugal. Obtido em novembro de 2025, de <https://www.prociv.azores.gov.pt/clubes/>

Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM. (2025). *Clube Jovem*. Obtido em 11 de 2025, de [procivmadeira.pt: https://www.procivmadeira.pt/pt/clube-jovem.html](https://www.procivmadeira.pt/pt/clube-jovem.html)

UNDRR. (25 de março de 2025). United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Obtido de <https://www.undrr.org/our-work/history>

Zêzere, J., Pereira, A., & Morgado, P. (janeiro de 2006). Perigos Naturais e Tecnológicos no Território de Portugal Continental. *Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa*, pp. 1-17. Obtido em 15 de abril de 2022, de http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/091.pdf

ANEXOS

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - CMF

2016/Edição 2

O QUE É A PROTEÇÃO CIVIL?

A proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e **autarquias locais**, pelos **cidadãos** e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de **prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe**, de atenuar os seus efeitos e **proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.**

Lei n. 27/2006 de 3 de Julho



24/5/2016

Terça Feira (19:00)

**FREGUESIA DE NOSSA
SENHORA DO MONTE**

COLÉGIO DO INFANTE

CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS A EQUIPAR UM NÚCLEO LOCAL DE PROTEÇÃO CIVIL NA FREGUESIA DO MONTE (PROJETO PILOTO).

Qual o enquadramento?

Académico

Está integrado na componente de investigação e de estudo de caso no âmbito da elaboração de uma dissertação de mestrado por parte do proponente.

Autárquico

A proteção civil é uma das responsabilidades da Câmara Municipal, competindo-lhe promover políticas objetivadas para a prevenção, intervenção e mitigação de eventos catastróficos que possam pôr em causa a segurança da comunidade.

Participação cívica

Pretende-se estudar e, a médio prazo, implementar um modelo de intervenção da população de determinados lugares da interface urbano/florestal na sua autoproteção perante eventos que possam significar potencial de dano para a comunidade, minimizando os efeitos e contribuindo para um rápido restabelecimento da normalidade.

“A PROTEÇÃO CIVIL COMEÇA EM SI.”

OBJECTIVO:

Conceber o projeto de um pequeno abrigo/armazém/sede do Núcleo Local de Proteção Civil.

Construir um abrigo modelo (preferencialmente num Sítio da Freguesia do Monte – **Curral dos Romeiros**).

Adquirir os equipamentos mínimos para os integrantes do NLPC poderem intervir em situações de risco eminente, de eventos meteorológicos adversos, de autoproteção em incêndios florestais, etc... (motobombas, agulhetas, mangueiras, pás, enxadas, equipamentos de proteção individual, motosserras, absorvente de óleos, alavancas, ~~torco~~, cabos, espias, mantas, etc...).

Pretende-se, num médio prazo, alargar a implantação de Núcleos Locais de Proteção Civil a outros Sítios da Freguesia do Monte: Exemplos: Corujeira, Lajinhas, Livramento, etc...

**VOTE NESTE PROJETO e num
outro ao seu critério.
OBRIGADO**

Anexo 2 - Plano de ação – NUPDEC
Fonte: SMPC Funchal



Plano de ação:

Núcleos de Proteção e Defesa Civil - NUPDEC

19 DE SETEMBRO DE 2016

Anexo 3 - Folheto Informativo

Fonte: SMPC Funchal

- Sabe quais são os perigos e riscos na sua área de residência?
- Onde pode consultar os avisos meteorológicos e as recomendações da Proteção Civil?
- O que deve fazer em situação de emergência?
- O que deve comunicar aos Bombeiros ou Proteção Civil em caso de emergência?
- Sabe onde se deve dirigir em situação de emergência?
- Deve permanecer em casa perante uma situação de ameaça ou emergência?
- Em caso de necessidade de evacuação da sua residência, o que deve levar consigo?
- Sabe quando é seguro regressar a casa?
- Como pode prevenir o risco na sua área de residência?

CONTACTOS

Número Europeu de Emergência
112

Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal
Avenida Calouste Gulbenkian, n.º 15
291 222 122

Bombeiros Voluntários Madeirenses
Rua do Matadouro, n.º 1
291 229 115

Serviço Municipal de Proteção Civil
Avenida Calouste Gulbenkian, n.º 15
291 200 930

 **Proteção Civil Funchal**




UNIDADE LOCAL DE PROTEÇÃO CIVIL CURRAL DOS ROMEIROS

"No dia-a-dia somos obrigados a fazer alguma avaliação de riscos, contudo, em poucos momentos tomamos decisões que poderão ser muito importantes para o nosso futuro!"
(Lima, 2004)



Fontes: <http://madeira-gente-lugares.blogspot.pt/2011/03/abaco-de-20-de-fevereiro-de-2010.html> e <http://na-boca-gente-lugares.blogspot.pt/2011/03/abaco-de-28-de-fevereiro-de-2010.html>

O que são as Unidades Locais de Proteção Civil?

São organizações comunitárias voluntárias que visam envolver a população residente, nas áreas mais vulneráveis aos riscos, na prevenção e minimização de situações de emergência.

Quais são os objetivos da ULPC?


- Construir uma cultura de prevenção e minimização dos riscos;
- Conhecer os riscos existentes na freguesia do Monte e na área de residência;
- Dar competências para intervir na preparação, socorro, recuperação, reconstrução e reabilitação no pós-catástrofe;
- Apoiar a reposição da normalidade da vida da população afetada por situações de catástrofe;
- Criar um espaço físico para armazenar equipamentos de auxílio (equipamento de proteção individual, motobombas, mangueiras, pás, enxadões e motosserras) que permita à população intervir em situações de risco iminente;

Quem pode integrar a ULPC?

População residente no sítio do Curral dos Romeiros e voluntários.

Principais Atividades:

- Identificar a população residente mais vulnerável;
- Identificar os recursos disponíveis para autoproteção;
- Realizar exercícios de situação de emergência;
- Manter contacto permanente com o Serviço Municipal de Proteção Civil do Funchal;
- Identificar áreas de risco e pontos seguros no sítio do Curral dos Romeiros;
- Conhecer as características locais que potenciam a ocorrência do risco;
- Curso Básico de Primeiros Socorros e de Desfibrilação Automática Externa (DAE);



Anexo 4 - 10 Passos para Defender a Sua Casa dos Incêndios Florestais
 Fonte: ICNF

10 PASSOS PARA DEFENDER A SUA CASA DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

1 Reconhecer o problema

No meio rural, por vezes as habitações encontram-se completamente envolvidas por vegetação. Criar uma Faixa de Gestão de Combustíveis (FGC) no terreno envolvente à sua edificação é a sua melhor protecção.

2 Definir a Faixa de Gestão de Combustíveis

Eliminando material inflamável à volta da sua casa, cria um espaço de segurança. Uma faixa de 50 m, no mínimo, reduz as hipóteses de um incêndio florestal chegar à sua casa. Em caso de dúvida, contacte a sua câmara municipal, os Serviços Florestais ou a organização de produtores florestais da sua região.

3 Reduzir a vegetação mais inflamável

Evite a plantação de espécies mais inflamáveis, privilegiando a criação de uma área regada de 10 m em torno de casa. Remova a vegetação mais inflamável, e sem qualquer tipo de tratamento (silvas, canas, sebes de cupressos, etc).

4 Mantenha a faixa limpa

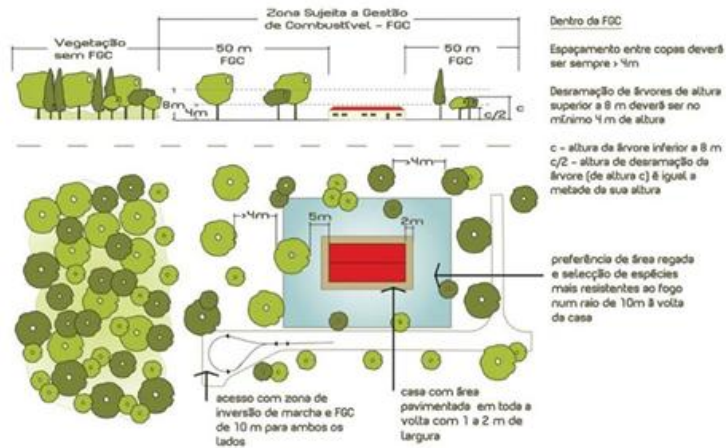
Remova as árvores necessárias de modo a deixar um intervalo entre copas de 4 m no mínimo. Dê preferência ao abate de árvores doentes ou enfraquecidas. Desrame as árvores 4 m acima do solo. As árvores e arbustos deverão estar distanciados do edifício em 5 m e deverá ser evitada a projecção das copas sobre as coberturas.

5 Limpe a cobertura e outras estruturas da sua casa

Mantenha os sobrados de exploração agrícola e florestal (estrumeiras, mato para a cama de animais, etc.) fora do raio dos 50 m. Botijas de gás, pilhas de lenha e outras substâncias inflamáveis deverão estar igualmente a mais de 50 m da casa ou em compartimentos isolados.

6 Faixa de pavimento não inflamável

Mantenha uma faixa de 1 a 2 m em pavimento não inflamável em redor da edificação.



7 Acesso desobstruído

No acesso à sua casa, mantenha uma faixa de gestão de combustível de 10 m para cada um dos lados, bem como uma zona que permita a inversão de marcha de veículos de maiores dimensões (veículos de emergência).

8 Mantenha a faixa limpa

A chave para criar a faixa de segurança passa também por remover as ervas secas, folhas mortas, caruma dos pinheiros e ramos que se encontram no chão, na cobertura dos edifícios, calçadas, algerozes e passadiços de madeira.

9 Segurança na sua casa

Coloque uma rede de retenção de fagulhas nas chaminés da habitação. Em caso de incêndio não deixe frestas abertas por onde possam entrar fagulhas para o interior da sua casa.

10 Estar preparado para um incêndio

Tenha extintores em casa, para o caso de existir um pequeno foco dentro de mesma. Mantenha no seu jardim pilas, ancinhos e mangueiras facilmente acessíveis. Certifique-se que em sua casa todos sabem onde se encontra este material, e que em caso de incêndio deverão contactar o 112.

BOAS PRÁTICAS PÓS INCÊNDIO FLORESTAL

✓ PORQUÊ?

- EVITAR A EROSIÃO E A PERDA DE NUTRIENTES
- CRIAR OPORTUNIDADES DE INFILTRAÇÃO
- PREVENÇÃO DE ENXURRADAS
- CONTROLO DA EVOLUÇÃO DO COBERTO FLORESTAL, EVITAR ESPÉCIES INVASORAS

✓ O QUE FAZER?

- **INSTALAR COBERTURA DO SOLO**
Cortar e estilhaçar a vegetação queimada, plantar ou semear mistura de sementes
- **CORTAR ÁRVORES TOTALMENTE AFETADAS**
Corte com retirada dos troncos ou colocação segundo as curvas de nível. Troncos escorados com estacas e bem encostados ao solo
- **IMPLANTAR "MUROS DE VEGETAÇÃO" CARBONIZADA**
Colocação dos ramos queimados perpendicularmente ao maior declive, apoiados nos cepos das árvores abatidas.
- **DAR ATENÇÃO ESPECIAL ÀS LINHAS DE ÁGUA**

✓ ATENÇÃO

- Efetuar as operações sempre segundo as curvas de nível
 - Realizar intervenções localizadas
 - Evitar maquinaria pesada
 - Dar preferência às operações manuais
 - Reduzir ao mínimo as movimentações de terra
 - Evitar abrir acessos muito inclinados
 - Dar especial atenção às linhas de água
 - Proceder à limpeza de lixo e entulhos
- Não fazer queimadas



Região Autónoma
da Madeira
Autarquia Regional

Secretaria Regional
do Ambiente e Recursos Naturais

Instituto das Florestas e Conservação da Natureza

Anexo 6 - Folha de Medição da Tensão Arterial e Glicémia Capilar

Fonte: CBSF

	
ULPC 01 - CURRAL DOS ROMEIROS	
RASTREIO	
TENSÃO ARTERIAL e GLICÉMIA CAPILAR	
Pressão Arterial Sistólica	mmHg
Pressão Arterial Diastólica	mmHg
Glicémia Capilar	mg/dl

ATENÇÃO - ESTE RASTREIO É MERAMENTE INDICATIVO E NÃO DISPENSA A CONSULTA DO VOSSO MÉDICO PARTICULAR OU DE FAMÍLIA

Pressão Arterial Sistólica - Geralmente este valor é denominado de pressão arterial máxima e corresponde ao valor medido no momento em que o ventrículo esquerdo bombeia uma quantidade de sangue para a aorta. Este valor pode variar entre os 120 a 140 mmHg, sendo estes os valores mais comuns para que tenha a sua pressão dentro dos valores normais.

Pressão Arterial Diastólica - Normalmente este valor é conhecido como a pressão arterial mínima, correspondente ao momento em que o ventrículo esquerdo volta a encher-se para retomar todo o processo da circulação. Este valor geralmente está dentro da média do 80 mmHg.

Para que a sua saúde se mantenha uniforme e sem qualquer tipo de problema é indicado que faça a medição da sua pressão arterial, pelo menos, uma vez por mês.

Valores de Glicémia:

O valor de glicémia normal de 70 a 110 mg/dl em jejum oral de 8 horas.

Os valores intermediários entre 110-126 mg/dl devem ser mais bem investigados com outros testes para afastar o diagnóstico de diabetes. É aceitável a glicémia pós-prandial (após refeição) de 140 mg/dl.

Anexo 7 - Declaração de entrega do “Kit de Proteção Civil”

Fonte: SMPC Funchal



DECLARAÇÃO

No âmbito do projeto “Unidades Locais de Proteção Civil”, desenvolvido pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, declara-se que, aos oito dias do mês de julho do ano de 2017, se procedeu à entrega do kit de Proteção Civil (conforme inventário em anexo) no Curral dos Romeiros, doado pela empresa DesignMark Group.

Funchal, 08 de julho de 2017

O Presidente da Câmara Municipal do Funchal

(Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo)

O Vereador com o Pelouro da Proteção Civil

(Domingos Manuel Martins Rodrigues)

O Responsável pela ULPC Curral dos Romeiros

(Agostinho Freitas Baptista)

Anexo 8 - Checklist "Kit de Proteção Civil"

Fonte: SMPC Funchal

REFERÊNCIA	DESIGNAÇÃO	CURRAL DOS ROMEIROS	CHEKLIST	FOTOGRAFIAS
57.10.08	Moto-Bomba com Kit de Incêndio - Honda QP 205 S	1		
57.10.09	Mangueira 25 MM - BLINDEX	10		
57.10.10	Mangueira 45 MM - BLINDEX	2		
57.10.11	Aguilheta 25 MM - UNIFIRE V Nozzle	2		
57.10.12	Disjuntor 45x25x25 MM - AWG ou LL PONS DSP DN 40/2xDN 20	1		
57.10.13	Chave GUILLEMIN - AWG GUILLEMIN DSP	2		
57.10.14	Mangueira de aspiração DN 70 MM 5 M - AWG com STORZ 70 MM	2		
57.10.15	Chupador com ralo - AWG com STORZ	1		
57.10.16	Chave STORZ - WAG STORZ	1		
57.10.18	Bomba Dorsal Manual - INTERFIRE Ref: 60030	2		
57.10.19	Tanque Auto Portante 4000 LTS - INTERFIRE Ref: 27	1		
10.10.10	Ancinho Rodo MCLEOD Americano	3		
10.10.10	Machado PULASKI Americano	3		
10.10.10	Podoa	3		
10.10.10	Batedor Florestal com cabo 1400 MM com tiras de algodão	3		
10.10.10	Pá Bombeiro Florestal Ref: ZBPL	3		



DIPLOMA

PRÉMIO DE RECONHECIMENTO BOAS PRÁTICAS LOCAIS DE PROMOÇÃO DA RESILIÊNCIA 1ª EDIÇÃO

VENCEDOR MUNICÍPIO DO FUNCHAL

O Prémio de Reconhecimento de Boas Práticas Locais de Promoção da Resiliência é uma iniciativa da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil que tem como finalidade reconhecer publicamente iniciativas, consideradas como boas práticas, desenvolvidas por freguesias, municípios ou entidades intermunicipais, que ocorram de forma permanente e ajudem à preparação e participação dos cidadãos, em particular os mais vulneráveis, no aumento da resiliência face à ocorrência de acidentes graves e catástrofes.

O Júri deliberou definir como vencedor do Prémio o **Município do Funchal**, reconhecendo o carácter inovador do seu projeto "**Núcleos de Proteção Civil**", ao incorporar valências da área emocional para cumprir a relevante missão de envolver os cidadãos na prossecução e responsabilização para uma cultura de proteção e segurança, com vista à criação de uma maior resiliência da comunidade do Funchal.

25 de novembro de 2021.

Duarte da Costa
Presidente da Autoridade Nacional
de Emergência e Proteção Civil

Anexo 10 - Questionário

16/11/25, 13:32

Avaliação do sentimento de pertença dos integrantes do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos Romeiros

Avaliação do sentimento de pertença dos integrantes do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos Romeiros

O presente questionário enquadra-se no âmbito da dissertação de Mestrado de Gestão de Emergência e Socorro, do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA).

Tem como objetivo avaliar o grau de identificação, envolvimento e pertença dos membros do Núcleo, com vista a fortalecer a coesão e a eficácia da equipa, bem como identificando os principais pontos fortes e aspetos a melhorar do projeto.

A participação é voluntária e confidencial, sendo as respostas anónimas e tratadas conforme o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Os dados obtidos serão utilizados exclusivamente no âmbito do presente estudo ou de uma publicação científica que o estudo possa produzir.

O questionário tem uma duração estimada de 5 minutos.

Grato pela atenção e tempo disponibilizado.

Investigador:
Roberto Silva

Orientador:
Mestre Eutiquio Costa

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. **1. Dou o meu consentimento para participar no referido estudo. ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

2. **2. Género. ***

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino
 Prefiro não referir

Avançar para a pergunta 3

Questionário

3. **3. Há quanto tempo faz parte do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos Romeiros? ***

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 1 ano
 1 a 3 anos
 3 a 5 anos
 Mais de 5 anos

4. **4. Está envolvido nas atividades do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos Romeiros? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

5. **5. Participa regularmente nas atividades do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos Romeiros? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

6. **6. Identifica-se com os objetivos do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos Romeiros? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

7. **6.1. Em caso de resposta negativa na alínea anterior, justifique.**

8. **7. Considera que o Núcleo tem impacto positivo na comunidade do Curral dos Romeiros? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

9. **8. Em que medida se sente motivado(a) a participar nas ações do Núcleo? ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5
Nad Muito motivado(a)

10. **9. Sente-se parte integrante da equipa do Núcleo de Proteção Civil Residente? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim
 Não

11. **10. Considera que as suas competências são bem aproveitadas no contexto do Núcleo? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim
 Não

12. **11. Em que medida sente que está a contribuir para o bem-estar da comunidade através do Núcleo? ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5
Nad Muito

13. **12. Em que medida se sente confortável para partilhar ideias com os membros do Núcleo? ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5
Nad Muito confortável

14. **13. Há um bom espírito de entajuda entre os membros do Núcleo. ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5
Nad Muito

15. **14. Existe um ambiente de confiança e respeito mútuo. ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5
Nad Muito

16. **15. As reuniões e formações são bem organizadas e produtivas. ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

17. **16. Tenho oportunidades de aprender e desenvolver novas competências no Núcleo. ***

Marcar apenas uma oval.

- 1 2 3 4 5
Nad Muito

18. **17. Participou em quantas sessões do projeto? ***

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 10 sessões
 11 a 15 sessões
 16 a 20 sessões
 Mais de 20 sessões

19. **18. O conteúdo das sessões foram úteis para si ou para a sua comunidade? ***

Marcar apenas uma oval.

- 1 2 3 4 5
Nad Muito

20. **19. Como avalia a dinâmica das atividades e metodologias participativas utilizadas? ***

Marcar apenas uma oval.

- 1 2 3 4 5
Mat Excelente

21. **20. Que tipo de atividades gostaria que fossem incluídas nas próximas sessões? ***

Pode seleccionar até 2 opções

Marcar tudo o que for aplicável.

- Simulações práticas e exercícios
 Sessões formativas temáticas
 Reuniões de planeamento comunitário
 Campanhas de sensibilização pública
 Outras: _____

22. **21. Em que medida sente que o projeto aumentou a sua literacia de risco e preparação para situações de emergência?** *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nad Muito

23. **22. Recomenda a outras pessoas participarem neste projeto.** *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nad Muito

24. **23. Na sua opinião, quais foram os principais pontos fortes do projeto?** *

Pode seleccionar até 3 opções

Marcar tudo o que for aplicável.

- Clareza dos objetivos
- Qualidade dos formadores/facilitadores
- Organização e comunicação do projeto
- Envolvimento da comunidade
- Relevância dos temas abordados
- Metodologia participativa
- Espírito de equipa e cooperação
- Outra: _____

25. **24. Quais os principais aspetos que considera que podem ser melhorados?** *

Pode seleccionar até 3 opções

Marcar tudo o que for aplicável.

- Maior divulgação e comunicação
- Melhor gestão do tempo das sessões
- Maior diversidade de participantes
- Melhoria dos materiais de apoio
- Aumento da frequência das atividades
- Melhor articulação entre entidades
- Outra: _____

26. **25. O que o(a) motiva a continuar a colaborar com o Núcleo?** *

Marcar apenas uma oval.

- Contribuir para uma comunidade mais resiliente
- O espírito de entajuda entre os intervenientes
- Realização pessoal
- Outra: _____

27. **26. Tem interesse em continuar envolvido nas atividades do projeto ou em novas iniciativas da proteção civil?** *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

28. **26.1. Em caso de resposta negativa na alínea anterior, justifique.**

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

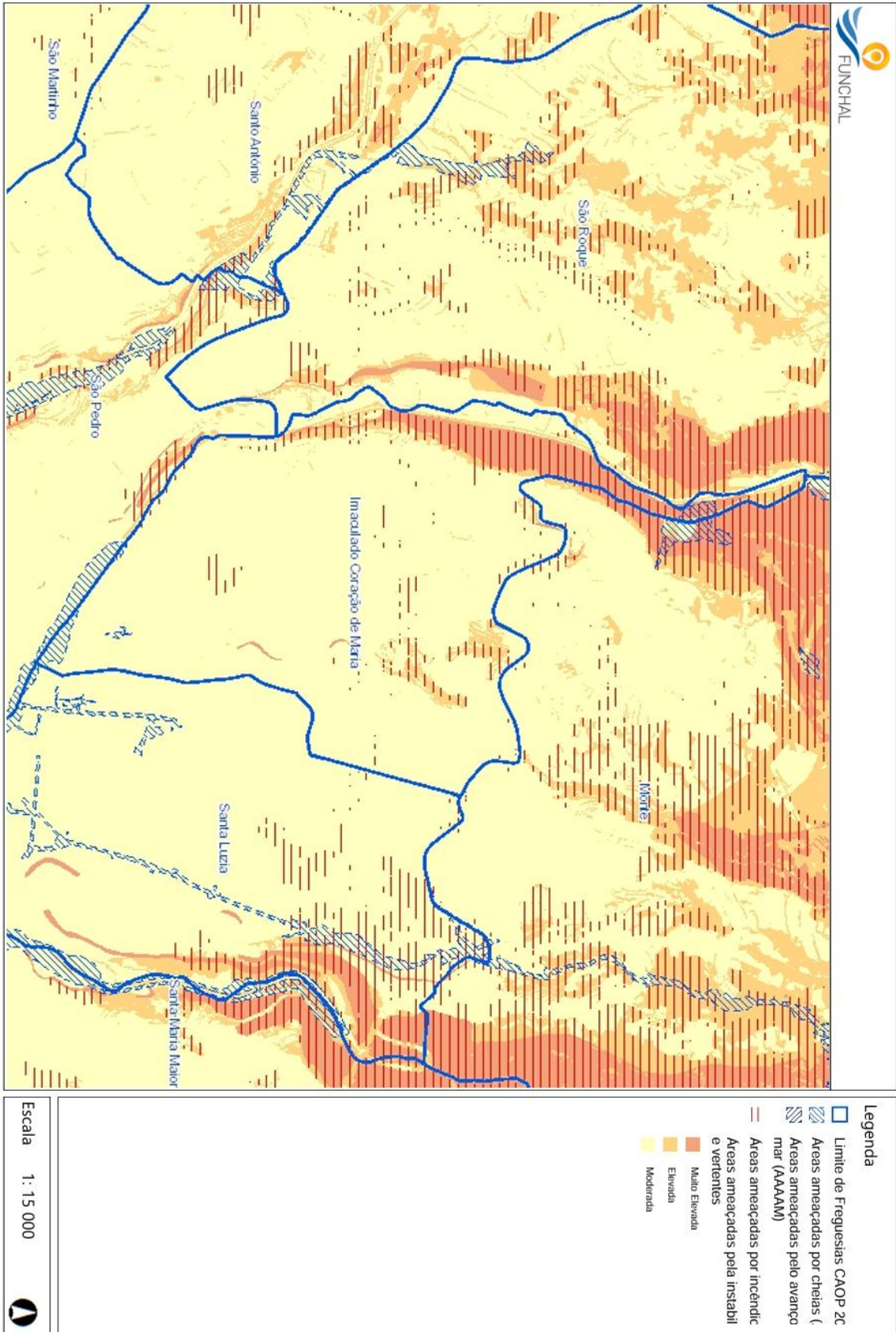
Google Formulários

Anexo 11 - Tabela com os resultados do Questionário


Perguntas	Respostas	Feminino				Masculino			
		Antiguidade no Núcleo de Proteção Civil							
		Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
3. Há quanto tempo faz parte do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos Romeiros?		1	2		3	1	1	1	3
4. Está envolvido nas atividades do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos Romeiros?									
	Sim	1	1		3	1	1		3
	Não		1					1	
5. Participa regularmente nas atividades do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos Romeiros?									
	Sim	1			2	1	1	1	3
	Não		2		1				
6. Identifica-se com os objetivos do Núcleo de Proteção Civil Residente do Curral dos Romeiros?									
	Sim	1	1		3	1	1	1	3
	Não		2						
7. Considera que o Núcleo tem impacto positivo na comunidade do Curral dos Romeiros?									
	Sim	1	2		3	1	1	1	3
	Não								
8. Em que medida se sente motivado(a) a participar nas ações do Núcleo?									
	1 (Nada motivado(a))								
	2		1						
	3							1	1
	4	1	1		1		1		
	5 (Muito motivado(a))				2	1			2
9. Sente-se parte integrante da equipa do Núcleo de Proteção Civil Residente?									
	Sim	1	2		2	1	1		3
	Não				1			1	
10. Considera que as suas competências são bem aproveitadas no contexto do Núcleo?									
	Sim	1	2		3	1	1	1	3
	Não								
11. Em que medida sente que está a contribuir para o bem-estar da comunidade através do Núcleo?									
	1 (Nada)								
	2								
	3	1	1		1			1	1
	4		1				1		
	5 (Muito)				2	1			2
12. Em que medida se sente confortável para partilhar ideias com os membros do Núcleo?									
	1 (Nada confortável)								
	2								
	3		1		1				
	4	1	1				1	1	1
	5 (Muito confortável)				2	1			2
13. Há um bom espírito de entreaajuda entre os membros do Núcleo.									
	1 (Nada)								
	2								
	3								
	4		1		1				2
	5 (Muito)	1	1		2	1	1	1	1
14. Existe um ambiente de confiança e respeito mútuo.									
	1 (Nada)								
	2								
	3				1				
	4		1						1
	5 (Muito)	1	1		2	1	1	1	2
15. As reuniões e formações são bem organizadas e produtivas.									
	Sim	1	1		2	1	1	1	3
	Não		1		1				
16. Tenho oportunidades de aprender e desenvolver novas competências no Núcleo.									
	1 (Nada)								
	2								
	3		1		1			1	
	4		1						1
	5 (Muito)	1			2	1	1		2
17. Participou em quantas sessões do projeto?									
	Menos de 10 sessões	1	2			1		1	
	11 a 15 sessões				1				1
	16 a 20 sessões						1		1
	Mais de 20 sessões				2				1
18. O conteúdo das sessões foram uteis para si ou para a sua comunidade?									
	1 (Nada)								
	2								

Perguntas	Respostas	Feminino				Masculino			
		Antiguidade no Núcleo de Proteção Civil							
		Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
	3								
	4		2						1
	5 (Muito)	1			3	1	1	1	2
19. Como avalia a dinâmica das atividades e metodologias participativas utilizadas?									
	1 (Mau)								
	2								
	3				1				
	4		2			1			2
	5 (Excelente)	1			2	1		1	1
20. Que tipo de atividades gostaria que fossem incluídas nas próximas sessões?									
Pode selecionar até 2 opções	Simulações práticas e exercícios	1	2		2	1		1	3
	Sessões formativas temáticas		1						1
	Reuniões de planeamento comunitário				1				1
	Campanhas de sensibilização pública				1		1		2
21. Em que medida sente que o projeto aumentou a sua literacia de risco e preparação para situações de emergência?									
	1 (Nada)								
	2								
	3		1						
	4		1				1		
	5 (Muito)	1			3	1		1	3
22. Recomenda a outras pessoas participarem neste projeto.									
	1 (Nada)								
	2								
	3		1						
	4					1			1
	5 (Muito)	1	1		3		1	1	2
23. Na sua opinião, quais foram os principais pontos fortes do projeto?									
Pode selecionar até 3 opções	Clareza dos objetivos		1			1			1
	Qualidade dos formadores/facilitadores	1	1		1	1			2
	Organização e comunicação do projeto	1	1		1				1
	Envolvimento da comunidade		1	1	1		1	1	2
	Relevância dos temas abordados		1		1				1
	Metodologia participativa		1						1
Espírito de equipa e cooperação	1			3	1			1	2
24. Quais os principais aspetos que considera que podem ser melhorados?									
Pode selecionar até 3 opções	Maior divulgação e comunicação		2		1	1			1
	Melhor gestão do tempo das sessões								
	Maior diversidade de participantes				2			1	2
	Melhoria dos materiais de apoio				1	1			
	Aumento da frequência das atividades	1			1	1			3
	Melhor articulação entre entidades				1		1		2
25. O que o(a) motiva a continuar a colaborar com o Núcleo?									
	Contribuir para uma comunidade mais resiliente		2		3	1			3
	O espírito de entreatajuda entre os intervenientes	1					1	1	
	Realização pessoal								
26. Tem interesse em continuar envolvido nas atividades do projeto ou em novas iniciativas de proteção civil?									
	Sim	1	2		3	1	1		3
	Não							1	

Anexo 13 - Cartografia de Risco Imaculado Coração de Maria – PDM 2018
 Fonte: Município do Funchal



MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO



1 JÁ TEM... KIT de EMERGÊNCIA? PARA SITUAÇÕES DE CATÁSTROFE

A sua preparação prévia pode salvar vidas!

O **KIT de emergência** é constituído por elementos e produtos essenciais para assegurar a sua **autossuficiência e sobrevivência**, nas primeiras 72 horas, em situação de acidente grave ou catástrofe.

- Documentos**
 - Identificação (Cópia do CC, BI, Passaporte)
 - Prescrições médicas
 - Contactos de familiares e amigos
 - Contactos dos serviços de emergência
- Medicamentos**
 - Medicação diária/doença crónica
 - Analgésicos
 - Anti-diarreicos
 - Laxantes
- Vestuário**
 - Muda completa de roupa (+ roupa interior)
 - Sapatos/botas resistentes
 - Luvas de proteção
 - Impermeável tipo poncho
- Comunicações**
 - Telemóvel (+ códigos de acesso à rede)
 - Powerbank
 - Rádio e pilhas extras
 - Apito para sinalizar e pedir ajuda
- 1.ºs socorros**
 - Bolsa/estojo de primeiros socorros
 - Óculos de proteção
 - Máscara de poeiras
 - Manta isotérmica
- Alimentos**
 - Água engarrafada
 - Chocolate ou barras energéticas
 - Conservas/enlatados
 - Frutos secos
- Higiene**
 - Sabonete/sabão
 - Toalhetes higiénicos
 - Pasta e escova de dentes
 - Sacos do lixo
- Utensílios**
 - Canivete multifunções
 - Lanterna de dinamo
 - Espelho com \pm 6 cm
 - Lonas e fita adesiva
- Dinheiro**
 - Moedas
 - Papel-moeda (notas)

ATENÇÃO

- Coloque o kit em **local acessível** e **sinalize-o**.
- Assegure-se que é do **conhecimento do agregado familiar**.
- Utilize preferencialmente uma **mochila** para constituir o kit.
- Reveja **periodicamente** o conteúdo.
- Considere **constituir outros kits de âmbito familiar** (p.ex.: Primeiros socorros, Animais de companhia, Veículo).
- Tenha um **Plano Familiar de Emergência**.

a saber... **fazer!**

